Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Alterações significativas	8
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	21
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	22
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	24
10.5 - Políticas contábeis críticas	43
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	48
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	49
10.8 - Plano de Negócios	50
10.9 - Outros fatores com influência relevante	51

Previamente à incorporação da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev pela Companhia, operação descrita no item 3.3 deste Formulário de Referência, os resultados da Companhia dependiam diretamente das operações, atividades e resultados da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, à época subsidiária integral da Companhia. Entretanto, em 2 de janeiro de 2014, foi aprovada a incorporação, pela Companhia, da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev e, consequentemente, a sucessão, pela Companhia, de todos os direitos e obrigações da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, que foi extinta de pleno direito. Dessa forma, até tal data, os riscos de mercado que poderiam influenciar a decisão de investimento nos valores mobiliários da Companhia eram essencialmente decorrentes dos riscos de mercado a que estava exposta a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, inclusive flutuações da taxa de câmbio, taxas de juros e flutuações de preços de certas *commodities* como o malte, o alumínio e o açúcar.

A partir da referida incorporação, os riscos de mercado que podem vir a influenciar a decisão de investimento nos valores mobiliários da Companhia continuaram a ser iguais àqueles decorrentes das atividades da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, conforme descrito a seguir::

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelas variações das taxas de câmbio.

A Companhia reporta seus resultados consolidados em reais e, historicamente, a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, atualmente extinta, também o fazia. Em 2012, a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, que foi sucedida pela Companhia, obteve aproximadamente 34,9% da sua receita de sociedades operacionais que possuem moedas funcionais, que não o real (ou seja, na maioria dos casos, a moeda local da respectiva sociedade operacional). Consequentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio entre as moedas funcionais das sociedades operacionais da Companhia e o real afetará a demonstração de resultados consolidada e balanço patrimonial da Companhia. As desvalorizações das moedas funcionais das sociedades operacionais da Companhia frente ao real tenderão a reduzir as contribuições dessas sociedades operacionais em termos da situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Além do risco de conversão cambial, a Companhia incorre em riscos cambiais sempre que uma das suas sociedades operacionais celebra operações utilizando moedas, que não suas respectivas moedas funcionais, inclusive operações de compra ou venda e a emissão ou assunção de dívida. Embora a Companhia e suas sociedades operacionais tenham políticas de *hedge* em vigor para gerir riscos cambiais e de preço de *commodities* para mitigar a exposição cambial, que não as moedas funcionais das sociedades operacionais, não há nenhuma garantia de que essas políticas serão capazes de mitigar, via *hedge*, com êxito, os efeitos dessa exposição cambial, em particular, a longo prazo.

A depreciação do real frente ao dólar norte-americano pode afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia.

A maior parte das vendas da Companhia é efetuada em reais, enquanto isso, uma parcela significativa de sua dívida está denominada ou indexada ao dólar norte-americano. Além disso, uma parcela significativa dos custos de produção da Companhia, em especial aqueles relacionados a embalagens, tais como latas e garrafas de PET, bem como o açúcar, o lúpulo e o malte, estão denominados ou atrelados ao dólar norte-americano. Assim sendo, qualquer depreciação do real poderá aumentar as despesas financeiras e custos operacionais, podendo afetar a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações em moeda estrangeira. Embora a política atual da Companhia seja contratar *hedge* para praticamente todas as suas dívidas e custos de produção denominados em dólares norte-americanos, a Companhia não pode garantir que a contratação de *hedge* será sempre possível no futuro.

a) Riscos para os quais se busca proteção; b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge); c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge); e d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.

Exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, liquidez e risco de crédito surgem no curso normal dos negócios da Companhia. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o seu desempenho em consonância com a sua política de gestão de riscos financeiros.

O objetivo da política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes aos mercados de capitais no qual a Companhia executa suas operações. A política abrange quatro pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez; (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio; (iii) riscos de conversão de balanços; e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras.

A política determina os procedimentos e controles necessários para identificação, mensuração e minimização de riscos de mercado, tais como variações nos níveis de câmbio e juros, que possam afetar o valor das receitas, custos e/ou investimentos da Companhia. A política determina que todos os riscos atualmente registrados (por exemplo, câmbio e juros) devem ser protegidos por meio de contratação de instrumentos derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos autorizados pela política de riscos são contratos futuros negociados em bolsa, *deliverable forwards*, *non-deliverable forwards*, *swaps* e opções de compra. A Companhia não possuía nenhuma operação de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos descritos abaixo:

Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos sempre que eles são denominados em moeda diferente de sua moeda funcional.

Em 2010, a Companhia contratou uma operação de *non-deliverable forwards* com o banco Deutsche Bank, com objetivo de proteção contra variação cambial entre o Real e o Euro. Em 31 de dezembro de 2011, a operação gerou um ganho de R\$1,03 milhão. A operação de derivativo foi contratada para proteger a Companhia da variação cambial de um empréstimo junto à AmBrew S.A. O valor contratual era de EUR22,00 milhões, com vencimento em 1° de abril de 2011. O valor da operação de empréstimo era de EUR22,00 milhões, equivalentes em 31 de dezembro de 2010 a R\$49,01 milhões. O empréstimo foi liquidado em 5 de abril de 2011.

Risco de taxa de juros

A Companhia aplica uma abordagem dinâmica de *hedge* de taxa de juros, segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente. O objetivo da política da Companhia é alcançar um equilíbrio ideal entre custo de captação e a rentabilidade das aplicações financeiras, tendo em conta as condições do mercado, bem como a estratégia de negócios.

A Companhia utiliza instrumentos de "swap" de juros para administrar os riscos associados com alterações nas taxas de juros. O diferencial a ser pago ou recebido é contabilizado como alteração nas taxas de juros, sendo reconhecido como receita ou despesa de juros, respectivamente, durante a vigência dos contratos específicos. A Companhia está exposta à volatilidade das taxas de juros com relação a caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras de curto-prazo e dívidas com taxa pré-fixada e flutuante. O equivalente de caixa da Companhia denominado em dólares norte-americanos geralmente inclui juros pósfixados.

A Companhia está exposta à volatilidade das taxas de juros com relação às emissões existentes de dívida a taxa pré-fixada, emissões existentes de dívida a taxa pós-fixada, contratos de "swap" de moedas a termo e de futuros, caixa e equivalentes a caixa e aplicações financeiras de curto prazo. A Companhia administra sua carteira de dívida de acordo com as alterações nas taxas de juros e de câmbio, periodicamente baixando, resgatando e recomprando dívida, e utilizando instrumentos financeiros derivativos.

A título exemplificativo, a tabela abaixo fornece informações sobre os principais instrumentos sensíveis às taxas de juros da Companhia, na qualidade de sucessora da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev. Para a dívida a juros variáveis, as taxas apresentadas são a média ponderada calculada em 31 de dezembro de 2012. Os prazos contratados para esses instrumentos foram divididos em categorias de acordo com as datas de vencimento previstas:

Perfil de Endividamento da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev em 31 de dezembro de 2012 (em R\$ milhões, exceto os percentuais)

Instrumentos de Dívida	2013	2014	2015	2016	2017	Após	Total
Dívida cesta de moedas BNDES taxa flutuante	(126,7)	(107,4)	(85,3)	(51,3)	(8,2)	=	(378,9)
UMBNDES + Taxa média de	1,76%	1,76%	1,76%	1,76%	1,76%	-	1,76%
pagamento							
Dívida internacional		40.0	. .				(=a a)
Outras moedas latino-	(5,7)	(19,3)	(54,0)	-	-	-	(79,0)
americanas/USD taxa fixa	<i>(</i> 7 0 <i>0</i>	6.010	6.010				6.010
Taxa média de pagamento	6,79%	6,81%	6,81%	(50.7)	- (1.7)	(20.1)	6,81%
Outras moedas latino- americanas/USD taxa fixa	(147,5)	(86,4)	(84,7)	(58,7)	(1,7)	(39,1)	(418,1)
Taxa média de pagamento Dívida em Reais Taxa flutuante - TJLP	6,14%	6,14%	6,14%	6,14%	6,14%	6,14%	6,14%
Valor nominal	(473,8)	(469,4)	(356,0)	(224,9)	(27,4)	=	(1.551,5)
TJLP + Taxa média de	6,79%	6,79%	6,79%	6,79%	6,79%	=	6,79%
pagamento							
Dívida em Reais – ICMS taxa							
fixa			(0)	(40.0)	(O. =)	(0 = =)	(4 CO =)
Valor nominal	(17,2)	(23,4)	(23,8)	(10,9)	(8,2)	(85,2)	(168,7)
Taxa média de pagamento % CDI	3,38%	3,38%	3,38%	3,38%	3,38%	3,38%	3,38%
Dívida em Reais - Debêntures							
taxa flutuante – CDI							
Valor nominal	-	-	-	-	-	-	-
Taxa média de pagamento % CDI	-	-	-	-	-	-	-
Dívida em Reais – Taxa fixa							
Valor nominal	(66,9)	(34,4)	(26,3)	(16,2)	(381,9)	(21,7)	(547,5)
Taxa média de pagamento	4,21%	4,94%	4,94%	4,94%	9,31%	4,94%	7,90%
Endividamento total	(837,8)	(740,3)	(630,1)	(362,0)	(427,4)	(146,0)	(3.143,7)
Instrumentos de Caixa	2013	2014	2015	2016	2017	Após	Total
Caixa e equivalentes						•	
denominados em US\$							
Valor nominal	299,5						299,5
Taxa média de juros	0,16%						0,16%
Caixa e equivalentes de caixa							
denominados em Reais							
Valor nominal	3.823,1						3.823,1
Taxa média de juros	6,89%						6,89%
Caixa e equivalente de caixa							
denominados em CAD\$	1 702 2						1 702 2
Valor nominal	1.702,2						1.702,2
Taxa média de juros Investimentos em outras moedas	1,10%						1,10%
latino-americanas							
Valor nominal	3.171,3						3.171,3
Taxa média de juros	5.171,5						5.1/1,5
Total	8.926,2						8.926,2
-	0., 20,2						0., 20,2

Instrumentos Derivativos ⁽¹⁾	2013	2014	2015	2016	2017	Após	Total	Valor Justo
DDI Futuros BM&F								
Valor nominal	(20,4)				(20,4)		(20,4)	(0,1)
Taxa média de juros	6,02%				6,02%		6,02%	
DI Futuros BM&F								
Valor nominal		(170,0)	(230,0)		(400,0)		(400,0)	(0,1)
Taxa média de juros		7,71%	8,19%		7,99%		7,99%	
CCIRS USD x R\$ ⁽²⁾								
Valor nominal	(12,9)				(12,9)		(12,9)	(213,9)
Taxa média de juros	7,00%				7,00%		7,00%	
IRS Fixo x CDI ⁽³⁾								
Valor nominal				300,0	300,0		300,0	20,8
Taxa média de juros				6,28%	6,28%		6,28%	

⁽¹⁾ Valores nominais negativos representam um excesso de passivo sobre ativos em determinado momento

Parte da dívida com taxas flutuantes incorre em juros à TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). Durante o período indicado abaixo a TJLP foi:

	2012	2011	2010
4º Trimestre	5,50	6,00	6,00
3° Trimestre	5,50	6,00	6,00
2º Trimestre	6,00	6,00	6,00
1º Trimestre	6,00	6,00	6,00

Risco Cambial

A Companhia está exposta aos movimentos decorrentes das flutuações da taxa de câmbio, pois uma parte significativa das despesas operacionais, especificamente aquelas relativas a lúpulo, malte, açúcar e alumínio, também são denominadas em ou atreladas ao dólar norte-americano. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar e reduzir o impacto das variações cambiais com relação às suas dívidas denominadas ou atreladas ao dólar norte-americano. De 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2009, o real valorizou 33,6% em relação ao dólar norte-americano, e em 31 de dezembro de 2009, a taxa do câmbio comercial para compra de dólares norte-americanos era de R\$2,337 por USD 1,00. O real desvalorizou-se em relação ao dólar norte-americano em 24,2% durante 2008, tendo valorização de 34,2% em 2009 e 4,5% em 2010. Em 2011, o real desvalorizou-se 12,5% e atingiu em 31 de dezembro de 2011 a cotação de R\$1,8758 por USD 1,00. Em 31 de dezembro de 2012, a taxa do câmbio comercial para compra de dólares norte-americanos era de R\$2,044 por USD 1,00.

A exposição da Companhia em moeda estrangeira faz com que existam riscos de mercado associados aos movimentos da taxa de câmbio, principalmente em relação ao dólar-norte americano. A título exemplificativo, o passivo denominado em moeda estrangeira da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev em 31 de dezembro de 2012 incluía dívida de R\$720,0 milhões.

Exemplificativamente, em 31 de dezembro de 2012, as operações com derivativos da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev consistiam em contratos de câmbio a termo, swaps cambial, opções e contratos futuros. A tabela abaixo fornece informações sobre os mais importantes instrumentos sensíveis às taxas de câmbio da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev em 31 de dezembro de 2012. Os prazos contratados para esses instrumentos foram divididos em categorias de acordo com as datas de vencimento previstas.

⁽²⁾ Swap de taxa de juros entre moedas

⁽³⁾ Swap de taxa de juros

Instrumentos Derivativos	2013	2014	2015	2016	2017	Após	Total	Valor justo
DDI Futuros BM&F								
Valor nominal	(20,4)						(20,4)	(0,1)
Taxa média de juros	6,02%						6,02%	
Dollar Futuro BM&F								
Valor nominal	31,2						31,2	(4,1)
Taxa média de juros	6,04%						6,04%	
Euro Futuro BM&F								
Valor nominal	132,3						132,3	(0,5)
Taxa média de juros	6,05%						6,05%	
CCIRS USD x R\$								
Valor nominal	(12,9)						(12,9)	(213,9)
Taxa média de juros	7,00%						7,00%	
Swap CLP x R\$								
Valor nominal			252,0				252,0	7,0
Preço médio unitário			234,52				234,52	
NDF USD x BRL								
Valor nominal	(2.182,5)						(2.182,5)	(356,2)
Preço médio unitário	1,98						1,98	
FDF CAD x USD								
Valor nominal	1.219,0						1.219,0	(5,4)
Preço médio unitário	1,01						1,01	
FDF CAD x EUR								
Valor nominal	62,6						62,6	1,0
Preço médio unitário FDF CAD x GBP	1,38						1,38	
Valor nominal	22,1						22,1	0,3
Preço médio unitário NDF ARS x USD	1,60						1,60	
Valor nominal	1.123,8						1.123,8	(27,8)
Preço médio unitário NDF CLP x USD	4,547						4,547	
Valor nominal	90,9						90,9	(3,0)
Preço médio unitário	507,39						507,39	(3,0)
NDF UYU x USD	307,37						301,37	
Valor nominal	62,4						62,4	(7,0)
Preço médio unitário	21,16						21,16	(7,0)
NDF BOB x USD	21,10						21,10	
Valor nominal	142,2						142,2	(1,3)
Preço médio unitário	7,08						7,08	(1,5)
NDF PYG x USD	7,00						7,00	
Valor nominal	129,6						129,6	(4.8)
Preço médio unitário	4.412,94						4.412,94	(1.0)
NDF PEN x USD	1.112,51						1.112,51	
Valor nominal	157,2						157,2	(6,4)
Preço médio unitário	2,81						2,81	(0,1)
NDF DOP x USD	2,01						2,01	
Valor nominal	30,7						30,7	(1,0)
Preço médio unitário	41,81						41,81	(-,0)
3	<i>) -</i>						<i>)</i> =	

Risco de volatilidade de preço de investimentos em títulos patrimoniais negociáveis

A Companhia possui investimentos em títulos patrimoniais negociáveis, sujeitos a risco de volatilidade de preço proveniente de mudanças em seu valor de mercado. A Companhia não possui títulos negociáveis para fins de negociação. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía investimentos em títulos patrimoniais negociáveis cujo custo de aquisição foi de R\$249,66 milhões, e seu valor justo era de R\$1.274,66 milhões. O potencial impacto no valor justo de tais títulos, assumindo uma variação de 10% em seu preço de mercado, seria de aproximadamente R\$127,46 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Risco de Commodities

A Companhia utiliza um grande volume de bens agrícolas para fabricar os seus produtos, inclusive malte e lúpulo para as cervejas, açúcar, guaraná e outras frutas e adoçantes para os refrigerantes. A Companhia compra uma parte significativa de malte e todo o lúpulo fora do Brasil e compra o restante de malte, açúcar, guaraná e outras frutas e adoçantes no mercado local. A Companhia também compra quantidades significativas de latas de alumínio.

A Companhia produz aproximadamente 80% das suas necessidades consolidadas de malte. O restante e todas as outras *commodities* são adquiridas de terceiros. A Companhia acredita que fornecimentos adequados das *commodities* que usa estão disponíveis atualmente, contudo, não é possível prever a futura disponibilidade dessas *commodities* ou dos preços que terão de ser pagos por essas *commodities*. O mercado de *commodities* tem sofrido e vai continuar experimentando flutuações de preços. A Companhia acredita que o preço futuro e o fornecimento de produtos agrícolas serão determinados, dentre outros fatores, pelo nível de produção da colheita, condições meteorológicas, demanda das exportações e por regulamentações governamentais e leis que afetem a agricultura; e que o preço do alumínio e do açúcar será fortemente influenciado pelos preços nos mercados internacionais.

A Companhia paga em dólares norte-americanos todo o lúpulo que adquire nos mercados internacionais fora da América do Sul. Além disso, apesar de adquirir as latas de alumínio e o açúcar no Brasil, os preços que paga são influenciados diretamente pela flutuação dos preços internacionais das *commodities*.

e) Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros.

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos e g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Desde 31 de julho de 2013, data de criação do Comitê de Operações, Finanças e Remuneração da Companhia, a Companhia passou a adotar uma estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos similar à estrutura e aos controles adotados pela Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, promovida por meio de uma infra-estrutura integrada que considera o impacto sobre o negócio não apenas de riscos de mercado mas também de riscos operacionais, estratégicos e de *compliance*. A Companhia acredita que essa infra-estrutura integrada, que engloba diferentes tipos de riscos de negócio, permite incrementar a habilidade da administração para avaliar os riscos associados ao negócio.

A Diretoria Financeira é responsável pelo acompanhamento da gestão de riscos. Avaliações semestrais dos riscos identificados são apresentadas periodicamente ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração da Companhia. Dessa forma, a gestão corporativa de riscos é acompanhada pela Diretoria, pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Operações, Finanças e Remuneração da Companhia que, mediante o exercício de suas atribuições, gerem o ambiente de riscos e controles da Companhia

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia não teve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de riscos financeiros durante o último exercício social.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

A Companhia adota a seguinte política para gerenciamento de risco de crédito e risco de liquidez:

Risco de crédito

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seleto grupo de contrapartes altamente qualificado e partes relacionadas.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima de risco de crédito da Companhia. Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e demais contas a receber representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010. Não havia nenhuma concentração de risco de crédito com quaisquer contrapartes em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com os instrumentos derivativos e acesso a facilidades de empréstimo é suficiente para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e pagamento de dividendos no futuro.

Os vencimentos contratuais de passivos financeiros não derivativos são os seguintes:

Em milhares de reais:

	2012					
	Fluxos de caixa					
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	contratuais	Menos de 1 ano			
Dividendos a pagar	11.037	11.037	11.037			
Contas a pagar	18.836	18.836	18.836			
Total	29.873	29.873	29.873			

	2011					
		Fluxos de caixa				
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	contratuais	Menos de 1 ano			
Dividendos a pagar	23.662	23.662	23.662			
Contas a pagar	4.256	4.256	4.256			
Total	27.918	27.918	27.918			

a) condições financeiras e patrimoniais gerais.

O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as suas exigências correntes, e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos.

A diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía em seu ativo corrente um total de R\$71,641 milhões, sendo R\$48,155 milhões em caixa e equivalentes a caixa e aplicações da Companhia. O passivo corrente, em 31 de dezembro de 2012, totalizava R\$30,259 milhões. O índice de liquidez corrente, utilizado para avaliar a capacidade da Companhia de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 2,37.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía em seu ativo corrente um total de R\$81,961 milhões, sendo R\$69,454 milhões em caixa e equivalentes a caixa e aplicações da Companhia. O passivo corrente, em 31 de dezembro de 2011, totalizava R\$28,258 milhões. O índice de liquidez corrente, utilizado para avaliar a capacidade da Companhia de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 2,90.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía em seu ativo corrente um total de R\$10,646 milhões, sendo R\$7,266 milhões em caixa e equivalentes a caixa e aplicações enquanto o passivo corrente totalizava R\$77,813 milhões. O índice de liquidez corrente estava em 0,14.

R\$ (milhões)	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Total do Ativo Corrente	71,641	81,961	10,646
Total do Passivo Corrente	30,259	28,258	77,813
Índice de Capital de Giro Líquido (AC-PC)	41,382	53,703	(67,168)

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas (em milhares de reais).

A estrutura de capital da Companhia apresentou as seguintes composições: (i) em 31 de dezembro de 2010 - 23% de capital próprio e 77% de capital de terceiros; (ii) em 31 de dezembro de 2011 - 74% de capital próprio e 26% de capital de terceiros; e (iii) em 31 de dezembro de 2012 - 73% de capital próprio e 27% de capital de terceiros.

(i) Hipóteses de resgate.

Não há previsão no Estatuto Social da Companhia de resgate de ações por parte da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) Fórmula do cálculo do valor de resgate.

Não aplicável, uma vez que não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Companhia tem registrado em seu passivo valores referentes a imposto de renda e contribuição social diferidos, e a contas a pagar e demais contas a pagar, conforme as notas explicativas nº 6 e 8 das suas demonstrações financeiras. Com exceção de tais passivos, a Companhia não possui dívidas. Os diretores acreditam que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, custos, despesas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possam garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, os diretores entendem que a Companhia possui capacidade para contratá-los.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui financiamentos. A Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, por sua vez, atualmente extinta e sucedida pela Companhia, desde 2008 evoluiu substancialmente a cada ano, em seu ciclo de capital, sendo que, em 31 de dezembro de 2012, apresentou um capital de giro negativo, representando a falta de necessidade de captação de financiamento de capital de giro.

Em relação aos investimentos em ativos não circulantes, a posição atual de caixa e a expectativa de geração da Companhia, na qualidade de sucessora da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, são suficientes para fazer frente a tais investimentos, sendo que a Companhia dispõe de amplo acesso a fontes de financiamento para eventual complementação que se faça necessária para suprir a necessidade de recursos de tais investimentos.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A Companhia tem linhas de crédito disponíveis com os principais bancos brasileiros, já tendo realizado captações com esforços restritos de colocação no mercado de capitais nacional e internacional, sendo que a classificação da atualmente extinta Companhia de Bebidas das Américas — Ambev e, consequentemente, da Companhia na qualidade de sua sucessora, como grau de risco "investimento" pelas principais classificadoras de risco internacionais facilita a obtenção, pela Companhia, de novos financiamentos para suprir eventual deficiência de liquidez.

f) níveis de endividamento e características das dívidas.

A Companhia tem registrado em seu passivo valores referentes a imposto de renda e contribuição social diferidos, e a contas a pagar e demais contas a pagar, conforme as notas explicativas nº 6 e 8 das suas demonstrações financeiras. Adicionalmente, as dívidas da Companhia, na qualidade de sucessora da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev têm direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia de Bebidas das Américas - Ambev, e atualmente tendo sua posição contratual assumida pela Companhia na qualidade de sua sucessora, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, onde são prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia prevêem tão somente a prestação de garantia pessoal. Os contratos financeiros prevêem cláusulas restritivas (covenants), tais como:

- Garantia da existência da Companhia;
- Manutenção, em uso ou em boas condições de uso para o negócio, das propriedades da Companhia;
- Limitação para realização de operações de aquisição, fusão, alienação ou disposição de seus ativos;
- Divulgação de demonstrativos financeiros e balanços patrimoniais, conforme requerido pelas normas contábeis brasileiras e internacionais; e/ou não constituição de garantias reais em novas dívidas contratadas, exceto se: (i) expressamente previsto no estatuto social da Companhia ou na legislação local; (ii) em novas dívidas contratadas perante instituições financeiras ligadas ao governo brasileiro incluindo o BNDES ou governos estrangeiros, sejam estas instituições financeiras multilaterais (e.g. Banco Mundial) ou localizadas em jurisdições em que a Companhia exerça suas atividades.

Estas cláusulas restritivas serão aplicadas na medida em que os eventos previstos produzam efeitos materiais adversos na Companhia e/ou em suas subsidiárias ou nos direitos de seus credores, sendo que, na hipótese de ocorrência de qualquer um dos eventos previstos nas referidas cláusulas, é concedido à Companhia um prazo de carência para saneamento de eventual inadimplemento.

Adicionalmente, os financiamentos contratados perante o BNDES estão sujeitos às "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES" ("Disposições"). De acordo com referidas Disposições, os tomadores de empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES, por exemplo: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições); (ii) conceder preferência a outros créditos; e/ou (iii) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições).

A dívida da Companhia foi estruturada de forma a não concentrar nenhum vencimento significativo em um determinado ano e está vinculada a diferentes taxas de juros. As taxas mais relevantes são: (i) taxa fixa, para o Bond 2017; e (ii) Cesta de moedas (UMBNDES) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui financiamentos contratados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao balanço patrimonial da Companhia para os períodos indicados.

BALANÇO PATRIMONIAL

	Variação			Variação		Variação	AH	AH
	31/12/2012	Vertical	31/12/2011	Vertical	31/12/2010	Vertical	2012/2011	2011/2010
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes a caixa	48,2	4%	69,5	6%	7,3	0%	-30,6%	852,1%
Contas a receber e demais contas a receber	21,5	2%	9,9	1%	-	0%	117,2%	100%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1,9	0%	2,6	0%	3,4	0%	-26,9%	-23,5%
	71,6	5%	82,0	8%	10,7	0%	13%	666%
Ativo não circulante								
Aplicações Financeiras – partes relacionadas	1.274,70	95%	1.002,40	92%	2.897,30	100%	27,16%	-65,4%
Total do ativo	1.346,30	100%	1.084,40	100%	2.907,90	100%	24%	-63%
Passivo e patrimônio líquido								
Passivo circulante								
Contas a pagar e demais contas a pagar	30,3	2%	28,0	3%	76,2	3%	7,59%	-63,25%
Imposto de renda e contribuição social	-	0%	0,3	0%	1,6	0%	-100%	-79,2%
	30,3	2%	28,3	3%	77,8	3%	7%	-64%
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	-	0%	-	0%	1.977,80	68%	0%	-100%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	338,8	25%	255,9	24%	196,0	7%	32,4%	30,6%
	338,8	25%	255,9	24%	2.173,80	75%	32%	-88%

Patrimônio líquido								
Capital social	249,1	19%	249,1	23%	249,1	9%	0%	0%
Reservas	51,6	4%	40,2	4%	-	0%	28,4%	100%
Outros Resultados Abrangentes	676,5	50%	496,8	46%	380,9	13%	36,2%	30,4%
Lucros Acumulados	-	0%	14,1	1%	26,3	1%	-100%	-46,4%
	977,2	73%	800,2	74%	656,3	23%	22,1%	21,9%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.346,30	100%	1.084,40	100%	2.907,90	100%	24%	-63%

Para informações adicionais sobre as práticas contábeis adotadas pela Companhia, vide Item 10.5 deste Formulário de Referência.

<u>Análise comparativa do Balanço Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011</u>

<u>Ativo</u>

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de caixa e equivalentes a caixa totalizou R\$48,2 milhões, comparado a R\$69,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. A redução de R\$21,3 milhões, ou 30,6%, refere-se principalmente ao pagamento de dividendos para a controladora da Companhia, InterBrew International B.V. A participação do saldo de caixa e equivalentes a caixa em relação ao total do ativo passou para 4% em 31 de dezembro de 2012, em comparação a 6% em 31 de dezembro de 2011.

Contas a receber e demais contas a receber

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de recebíveis totalizou R\$21,5 milhões, comparado a R\$9,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. O aumento de R\$11,6 milhões, ou 117,2%, está detalhado nos quadros abaixo:

(em milhões de reais)	2012	2011
Ativo circulante		
Contas a receber da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev	6,7	-
Dividendos a receber da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev	14,8	9,9
	21,5	9,9

A participação das contas a receber e demais contas a receber em relação ao total do ativo passou para 2% em 31 de dezembro de 2012, em comparação a 1% em 31 de dezembro de 2011

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de impostos a recuperar totalizou R\$1,9 milhão, comparado a R\$2,6 milhões em 31 de dezembro de 2011. A redução de R\$0,7 milhão, ou 26,9%, refere-se substancialmente à compensação de impostos a pagar.

Aplicações financeiras – partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de aplicações financeiras – partes relacionadas totalizou R\$1.274,7 milhões, comparado a R\$1.002,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. O aumento de R\$272,3 milhões, ou 27,16%, refere-se ao ajuste do valor justo do investimento na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev em decorrência da valorização do preço das ações de sua emissão. A participação das aplicações financeiras – partes relacionadas em relação ao total do ativo passou para 95% em 31 de dezembro de 2012, em comparação a 92% em 31 de dezembro de 2011.

Passivo

Contas a pagar e demais contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de contas a pagar totalizou R\$30,3 milhões, comparado a R\$28,0 milhões em 31 de dezembro de 2011. O aumento de R\$2,3 milhões, ou 8,21%, está detalhado nos quadros abaixo:

(em milhões de reais)	2012	2011
Passivo circulante		
Contas a pagar - partes relacionadas	18,9	4,3
Dividendos a pagar	11,0	23,7
Impostos a pagar	0,4	-
	30,3	28,0

A participação das contas a pagar e demais contas a pagar em relação ao total do passivo e patrimônio líquido passou para 2% em 31 de dezembro de 2012, em comparação a 3% em 31 de dezembro de 2011.

Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2012, não houve saldo de imposto de renda e contribuição social, enquanto em 31 de dezembro de 2011, o saldo de imposto de renda e contribuição social totalizou R\$0,3 milhão. A redução de R\$0,3 milhão, ou 100%, refere-se principalmente a compensações de créditos com prejuízos fiscais.

Empréstimo e financiamento

Entre 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía saldo de empréstimos e financiamentos em aberto.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou R\$338,8 milhões, comparado a R\$255,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. O aumento de R\$82,9 milhões, ou 32,4%, decorre do ajuste do valor justo do investimento na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev em decorrência da valorização do preço das ações de sua emissão, conforme descrito nos quadros abaixo.

(em milhões de reais)	2012	2011
Passivos		
Aplicações financeiras – partes relacionadas	338,8	255,9
	338,8	255,9

A participação do imposto de renda e contribuição social diferidos em relação ao total do passivo e patrimônio líquido passou para 25% em 31 de dezembro de 2012, em comparação a 24% em 31 de dezembro de 2011.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do patrimônio líquido totalizou R\$977,2 milhões, comparado a R\$800,2 milhões em 31 de dezembro de 2011. O aumento de R\$177,0 milhões, ou 22,1%, refere-se principalmente a ajuste do valor justo do investimento na Companhia de Bebidas das Américas - Ambev em decorrência da valorização do preço das ações de sua emissão.

Capital Social

Entre 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012, não houve alteração no capital social da Companhia. A participação do capital social em relação ao total do passivo e patrimônio líquido passou para 19% em 31 de dezembro de 2012, em comparação a 23% em 31 de dezembro de 2011.

Reservas

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de reservas totalizou R\$51,6 milhões, comparado a R\$40,2 milhões em 31 de dezembro de 2011. O aumento de R\$11,4 milhões, ou 28,4%, refere-se à destinação do lucro acumulado para reserva legal e dividendos adicionais propostos.

Outros Resultados Abrangentes

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de outros resultados abrangentes totalizou R\$676,5 milhões, comparado a R\$496,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. O aumento de R\$179,7 milhões, ou 36,2%, refere-se a ajuste do valor justo do investimento na Companhia de Bebidas das Américas - Ambev em decorrência da valorização do preço das ações de sua emissão. A participação dos outros resultados abrangentes em relação ao total do passivo e patrimônio líquido passou para 50% em 31 de dezembro de 2012, em comparação a 46% em 31 de dezembro de 2011.

Lucros Acumulados

Em 31 de dezembro de 2012, não havia saldo de lucro acumulado, enquanto em 31 de dezembro de 2011 o saldo era de R\$14,1 milhões. A redução de R\$14,1 milhões, ou 100%, refere-se à destinação total do lucro no período para o grupo de reservas. A participação dos lucros acumulados em relação ao total do passivo e patrimônio líquido passou para 0% em 31 de dezembro de 2012, em comparação a 1% em 31 de dezembro de 2011.

Análise comparativa do Balanço Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010

Ativo

Caixa e equivalentes a caixa

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de caixa e equivalentes à caixa totalizou R\$69,5 milhões, comparado a R\$7,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. O aumento de R\$62,2 milhões, ou 852,1%, refere-se principalmente aos juros recebidos decorrentes de *bond* emitido pela AmBrew S.A., adquirido pela Companhia em 10 de setembro de 2009. A participação do caixa e equivalentes a caixa passou a representar, em 31 de dezembro de 2011, 6% do total do ativo.

Contas a receber e demais contas a receber

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de recebíveis totalizou R\$9,9 milhões, enquanto não havia saldo de recebíveis em 31 de dezembro de 2010. O aumento de R\$9,9 milhões, ou 100%, decorre de dividendos a serem recebidos pela Companhia. A participação das contas a receber e demais contas a receber, em 31 de dezembro de 2011, passou a representar 1% do total do ativo.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de impostos a recuperar totalizou R\$2,6 milhões, comparado a R\$3,4 milhões em 31 de dezembro de 2010. A redução de R\$0,8 milhão, ou 23,5%, refere-se principalmente à utilização de créditos e apresentação líquida dos valores a pagar.

<u>Aplicações financeiras – partes relacionadas</u>

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de aplicações financeiras — partes relacionadas totalizou R\$1.002,4 milhões, comparado a R\$2.897,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. A redução de R\$1.894,90 milhões, ou 65,4%, refere-se a recebimentos de juros decorrentes do *bond* emitido pela AmBrew S.A., adquirido pela Companhia em 10 de setembro de 2009. A participação das "aplicações financeiras — partes relacionadas" em relação ao ativo total passou para 92% em 31 de dezembro de 2011, em comparação a 100% em 31 de dezembro de 2010.

Passivo

Contas a pagar e demais contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de contas a pagar e demais contas a pagar totalizou R\$28 milhões, comparado a R\$76,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. A redução de R\$48,2 milhões, ou 63,25%, refere-se ao pagamento de mútuo para a AmBrew S.A. A participação das contas a pagar e demais contas a pagar em relação ao total do passivo e patrimônio líquido permaneceu em 3% em 31 de dezembro de 2011.

Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de imposto de renda e contribuição social totalizou R\$0,3 milhão, comparado a R\$1,6 milhão em 31 de dezembro de 2010. A redução de R\$1,3 milhão, ou 81,3%, refere-se principalmente à utilização de créditos e apresentação líquida dos valores a pagar. A participação do imposto de renda e contribuição social diferidos em relação ao total do passivo e patrimônio líquido passou para 24% em 31 de dezembro de 2011, em comparação a 7% em 31 de dezembro de 2010.

Empréstimo e financiamento

Entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, foram movimentados R\$1.977,8 milhões, referentes à liquidação das debêntures emitidas pela Companhia, que ocorreu em agosto de 2011.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou R\$255,9 milhões, comparado a R\$196,0 milhões em 31 de dezembro de 2010. O aumento de R\$59,9 milhões, ou 30,6%, refere-se ao aumento do valor justo dos inventimentos atrelado ao preço da ação preferencial da Companhia de Bebidas das Américas - Ambey (AMBV4), o qual é base para o diferido.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo do patrimônio líquido totalizou R\$800,2 milhões, comparado a R\$656,3 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R\$143,9 milhões, ou 21,9%. A participação do patrimônio líquido passou para 74% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011, em comparação a um percentual de 23% em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento refere-se ao ajuste do valor justo do investimento na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev em decorrência da valorização do preço das ações de sua emissão.

Capital Social

Entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, não houve alteração no capital social da Companhia.

Reservas

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de reservas totalizou R\$40,2 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2010 não havia saldo de reservas. O aumento de R\$40,2 milhões, ou 100%, refere-se à destinação do lucro acumulado para reserva legal e dividendos adicionais propostos. O saldo de reservas passou a representar 4% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011.

Outros Resultados Abrangentes

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de outros resultados abrangentes totalizou R\$496,8 milhões, comparado a R\$380,9 milhões em 31 de dezembro de 2010. O aumento de R\$115,9 milhões, ou 30,4%, refere-se ao ajuste do valor justo do investimento na Companhia de Bebidas das Américas - Ambev em decorrência da valorização do preço das ações de sua emissão.

Lucros Acumulados

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de lucro acumulado totalizou R\$14,1 milhões, comparado a R\$26,3 milhões em 31 de dezembro de 2011. A redução de R\$12,2 milhões, ou 46,4%, refere-se a maior destinação de reservas no período. A participação do lucro acumulado em relação ao total do passivo e patrimônio líquido permaneceu em 1% em 31 de dezembro de 2011.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(em milhões de reais)				Exercícios encerrados em 31 de dezembro de					
	2012	Variação	2011	Variação	2010	Variação	AH	AH	
Demonstração do Resultado		Vertical		Vertical		Vertical	2012/2011	2011/2010	
Receita de dividendos	32,9	104%	37,3	105%	25,4	107%	-11,8%	46,9%	
Despesas administrativas	(0,8)	-3%	(0,7)	-2%	(1,3)	-5%	12,5%	-46,1%	
Outras receitas (despesas) operacionais	(0,5)	-2%	(1,2)	-3%	(0,3)	-1%	-58,3%	300%	
Resultado Operacional	31,6	100%	35,4	100%	23,8	100%	-10,7%	48,7%	
Despesas financeiras	-		(186,3)	-526%	(231,9)	-974%	-100%	-19,7%	
Receitas financeiras	5,1	16%	193,2	546%	233,5	981%	-97,4%	-17,3%	
Resultado financeiro líquido	5,1	16%	6,9	19%	1,6	7%	-26%	331,3%	
Resultado antes do IR e CSLL	36,7	116%	42,3	119%	25,4	107%	-13%	67%	
Benefício / (Despesa) com IRPJ e CSLL	9,8	31%	(3,6)	-10%	(1,4)	-6%	-370,3%	157,1%	
Lucro líquido do exercício	46,5	147%	38,7	109%	24,0	101%	20,2%	61,2%	

Análise comparativa dos Resultados Operacionais - Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011

Receita de Dividendos

Em 2012, as receitas de dividendos da Companhia totalizaram R\$32,9 milhões, comparado a uma receita de R\$37,3 milhões em 2011. A redução de R\$4,4 milhões, ou 11,8%, refere-se a uma menor distribuição de dividendos pela Companhia de Bebidas das Américas – Ambev.

Despesas Administrativas

Em 2012, as despesas administrativas da Companhia totalizaram R\$0,8 milhão, comparado a uma despesa de R\$0,7 milhão em 2011. O aumento de R\$0,1 milhão, ou 12,5%, refere-se à despesa de encargos dos juros sobre capital próprio.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Em 2012, as outras despesas operacionais da Companhia totalizaram R\$0,5 milhão, comparado a uma despesa de R\$1,2 milhão em 2011. A redução de R\$0,7 milhão, ou 58,3%, refere-se ao pagamento à Companhia de Bebidas das Américas – Ambev referentes à prestação de serviços.

Resultado Operacional

Em 2012, o resultado operacional da Companhia foi uma receita de R\$31,6 milhões, comparado a uma receita de R\$35,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. A redução de R\$3,8 milhões, ou 10,7%, refere-se, principalmente, à diferença na receita de dividendos.

Despesas Financeiras

Em 2012, não houve despesas financeiras da Companhia, enquanto em 2011, houve uma despesa de R\$186,3 milhões. A redução de R\$186,3 milhões, ou 100%, refere-se à liquidação das debêntures emitidas pela Companhia em agosto de 2011.

Receitas Financeiras

Em 2012, as receitas financeiras da Companhia totalizaram R\$5,1 milhões, comparado a uma receita de R\$193,2 milhões em 2011. A redução de R\$188,1 milhões, ou 97,4%, refere-se à liquidação antecipada do *bond* emitido pela AmBrew S.A. em agosto de 2011.

Resultado Financeiro Líquido

Em 2012, o resultado financeiro da Companhia foi uma receita de R\$5,1 milhões, comparado a uma receita de R\$6,9 milhões em 2011. A redução de R\$1,8 milhão, ou 26%, refere-se principalmente a recebimentos decorrentes de *bond* emitido pela AmBrew S.A., adquirido pela Companhia em 10 de setembro de 2009.

Benefício / (Despesa) com imposto de renda e contribuição social

Em 2012 o benefício de imposto de renda diferido reconhecido sobre prejuízos fiscais acumulados totalizou R\$ 9,8 milhões, uma variação de 370,3% em comparação com a despesa com imposto de renda e contribuição social de R\$(3,6) milhões em 2011. A alíquota efetiva foi de (26,7)%, contra a alíquota do ano anterior de 8,56%. O principal fator que gerou a redução da alíquota efetiva da Companhia foi que a Companhia teve prejuízo fiscal em 2012 em razão de ter distribuído juros sobre o capital próprio.

Lucro Líquido

O lucro líquido alcançado pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$46,5 milhões, representando um aumento de 20,2% comparado aos R\$38,7 milhões em 2011, em razão do benefício com imposto de renda e contribuição social.

Análise comparativa dos Resultados Operacionais - Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010

Receita de Dividendos

Em 2011, as receitas de dividendos da Companhia totalizaram R\$37,3 milhões, comparado a uma receita de R\$25,4 milhões em 2010. O aumento de R\$11,9 milhões, ou 46,9%, refere-se a uma maior distribuição de dividendos pela Companhia de Bebidas das Américas - Ambev. Como percentual do resultado operacional, a receita de dividendos diminuiu para 105% em 2011, em relação a 107% em 2010.

Despesas Administrativas

Em 2011, as despesas administrativas da Companhia totalizaram R\$0,7 milhão, comparado a uma despesa R\$1,3 milhão em 2010. A redução de R\$0,6 milhão, ou 46,1%, referente a despesa com consultoria em 2010 para estruturação da emissão da debênture. Como percentual do resultado operacional antes dos itens não recorrentes, as despesas administrativas reduziram para (2)% em 2011, em relação a (5)% em 2010.

Outras receitas (despesas) operacionais

Em 2011, as outras despesas operacionais da Companhia totalizaram R\$1,2 milhão, comparado a uma despesa de R\$0,3 milhão em 2010. O aumento de R\$0,9 milhão, ou 300%, refere-se ao repasse à Companhia de Bebidas das Américas – Ambev de *royalties* recebidos em razão da venda da marca *Stella Artois*. Como percentual do lucro operacional antes dos itens não recorrentes, as outras receitas (despesas) operacionais aumentaram para (3)% em 2011, em relação a (1)% em 2010.

Resultado Operacional

Em 2011, o resultado operacional da Companhia foi uma receita de R\$35,4 milhões, comparado a uma receita de R\$23,8 milhões em 2010. O aumento de R\$11,6 milhões, ou 48,7%, refere-se, principalmente, ao aumento na receita de dividendos.

Despesas Financeiras

Em 2011, as despesas financeiras da Companhia totalizaram R\$186,3 milhões, comparado à despesa de R\$231,9 milhões em 2010. A redução de R\$45,6 milhões, ou 19,7%, refere-se principalmente à liquidação das debêntures emitidas pela Companhia em agosto de 2011. Como percentual do resultado operacional, as despesas financeiras diminuíram para (526)% em 2011, em relação a (974)% em 2010.

Receitas Financeiras

Em 2011, as receitas financeiras da Companhia totalizaram R\$193,2 milhões, comparado a uma receita de R\$233,5 milhões em 2010. A redução de R\$40,3 milhões, ou 17,3%, refere-se à liquidação antecipada do *bond* emitido pela AmBrew S.A. em agosto de 2011. Como percentual do resultado operacional, as receitas financeiras diminuíram para 546% em 2011, em relação a 981% em 2010.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro foi uma receita de R\$6,9 milhões em 2011, comparado a uma receita de R\$1,6 milhão em 2010. O aumento de R\$5,3 milhões, ou 331,3%, é explicado principalmente pela repactuação da taxa das debêntures emitidas pela Companhia, de 114% do CDI em 2010 para 109% do CDI em 2011, contra uma receita de 116%, decorrente da remuneração do *bond* emitido pela AmBrew S.A., adquirido, pela Companhia, em 10 de setembro de 2009.

Despesa com imposto de renda e contribuição social

As despesas com imposto de renda e contribuição social em 2011 totalizaram R\$(3,6) milhões, 157,1% acima dos R\$1,4 milhão em 2010. A alíquota efetiva de 2011 foi de 8,56%, contra a alíquota do ano anterior de 5,58%. Como percentual do resultado operacional do período, a despesa com imposto de renda e contribuição social aumentou para (10)% em 2011, em relação a (6)% em 2010. O principal fator que gerou o aumento da alíquota efetiva, e, consequentemente, o aumento da despesa da Companhia com imposto de renda e contribuição social, foi o aumento no valor dos dividendos recebidos, conforme abaixo:

(em milhares de reais)

	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	42.289	25.380
Alíquota nominal ponderada agregada	34,00%	34,00%
Impostos – alíquota nominal	(14.378)	(8.629)
Ajuste na despesa tributária		
Juros sobre capital próprio pagos (recebidos)	(1.950)	(1.872)
Dividendos recebidos	12.681	8.623
Outros ajustes tributários	25	463
Beneficio (Despesa) de imposto de renda e contribuição social	(3.622)	(1.415)
Alíquota efetiva de impostos	8,56%	5,58%

Lucro Líquido

O lucro líquido alcançado pela Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$38,7 milhões, comparado a um lucro de R\$24,0 milhões em 2010. O aumento de R\$14,7 milhões, ou 61,2%, refere-se principalmente a uma maior receita de dividendos no período de 2011.

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

A tabela a seguir apresenta a análise comparativa dos Fluxos de Caixa da Companhia para os períodos indicados:

(em milhões de reais)		Exercícios encerrados em 31 de dezembro de						
Fluxo de caixa	31/12/2012	Variação Vertical	31/12/2011	Variação Vertical	31/12/2010	Variação Vertical	AH 2012/2011	AH 2011/2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais	34,74	-163%	45,69	73%	(16,65)	100%	-24%	-374,4%
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	0%	2.016,50	3242%	-	0%	-100%	100%
Fluxo de caixa de atividades financeiras	(56,04)	263%	(2.000,00)	-3216%	-	0%	-97%	-100%
Total	(21,30)	100%	62,19	100%	(16,65)	100%	-134%	-473.5%

Análise comparativa dos Fluxos de Caixa - Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa da Companhia proveniente de atividades operacionais diminuiu 24%, passando para R\$34,74 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, em relação aos R\$45,69 milhões no mesmo período de 2011. A redução deveu-se principalmente pelo recebimento de juros decorrentes de *bond* emitido pela AmBrew S.A., adquirido pela Companhia em 10 de setembro de 2009, e da liquidação da debênture emitida pela Companhia, ambos ocorridos em agosto de 2011. O fluxo de caixa das atividades operacionais, em relação ao fluxo de caixa total do período, diminuiu para (163)% em 31 de dezembro de 2012 em relação a 73% em 31 de dezembro de 2011.

Atividades de Investimento

Não houve fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, enquanto no mesmo período de 2011 o fluxo de caixa aplicado totalizou R\$2.016,50 milhões. A redução de 100% ocorreu, principalmente, pelo recebimento do valor principal decorrente de *bond* emitido pela AmBrew S.A., adquirido pela Companhia em 10 de setembro de 2009.

Atividades Financeiras

O fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 totalizou R\$(56,04) milhões, comparado aos R\$(2.000,00) milhões no mesmo período de 2011. A redução de 97% deveu-se principalmente pela liquidação antecipada das debêntures emitidas pela Companhia em 2009. O fluxo de caixa das atividades financeiras, em relação ao fluxo de caixa total do período, aumentou para 263% em 31 de dezembro de 2012 em relação a (3216)% em 31 de dezembro de 2011.

Análise comparativa dos Fluxos de Caixa - Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa da Companhia proveniente de atividades operacionais aumentou 374,4%, passando para R\$45,69 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, em relação aos R\$(16,65) milhões no mesmo período de 2010. O aumento deveu-se principalmente por aumento de juros recebidos em decorrência de *bond* emitido pela AmBrew S.A., adquirido pela Companhia em 10 de setembro de 2009, e diminuição de juros pagos da debênture. O fluxo de caixa das atividades operacionais, em relação ao fluxo de caixa total do período, diminuiu para 73% em 31 de dezembro de 2011, em relação a 100% no mesmo período de 2010.

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$2.016,50 milhões, enquanto não houve fluxo de caixa aplicado nas atividades da Companhia no mesmo período de 2010. O aumento de 100% ocorreu, principalmente, pela aquisição de *bond* emitido pela AmBrew S.A., adquirido pela Companhia em 10 de setembro de 2009. O fluxo de caixa das atividades de investimento, em relação ao fluxo de caixa total do período, aumentou para 3.242% em 31 de dezembro de 2011.

Atividades Financeiras

O fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 totalizou R\$(2.000,00) milhões, enquanto não houve fluxo de caixa aplicado no mesmo período de 2010. A redução de 100% deveu-se principalmente pela liquidação das debêntures emitidas pela Companhia, o que ocorreu em agosto de 2011. O fluxo de caixa das atividades financeiras, em relação ao fluxo de caixa total do período, foi de (3.216)% em 31 de dezembro de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

O lucro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$46,5 milhões, em comparação ao lucro líquido de R\$38,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, e um lucro líquido de R\$24,0 milhões em 31 de dezembro de 2010.

O lucro líquido da Companhia no exercício de 2012 foi influenciado pelo menor valor de dividendos recebidos em R\$(4) milhões e do benefício de impostos de renda diferido reconhecido sobre prejuizos fiscais acumulados com efeito positivo de R\$13 milhões na linha de imposto de renda no resultado em comparação com o exercício anterior.

Desde 2 de janeiro de 2014, tendo em vista a aprovação da incorporação da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev pela Companhia e, consequentemente, sua sucessão em todos os direitos e obrigações pela Companhia, as receitas da Companhia e de suas subsidiárias passaram a ser constituídas principalmente pela venda de cervejas, refrigerantes e bebidas não carbonatadas e não alcoólicas, conforme as operações descritas na seção 10.1 acima. Em menor escala, a Companhia também passou a gerar receitas a partir da venda de malte e subprodutos originados das operações.

A demanda pelos produtos será relacionada principalmente à renda disponível ao consumidor, ao preço e ao clima nos países em que a Companhia e suas subsidiárias operam.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não aplicável aos três últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente devido à natureza das operações da Companhia.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Não aplicável aos três últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente devido à natureza das operações da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, uma vez que não houve a introdução ou alienação de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 7 de dezembro de 2012, a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev anunciou sua intenção de propor aos seus acionistas uma reorganização societária visando à migração de sua estrutura acionária atual com duas espécies de ações (ordinárias e preferenciais) para uma estrutura com espécie única de ações ordinárias e ao aprimoramento da governança da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, com vistas a aumentar a liquidez para todos os acionistas, eliminar custos operacionais e administrativos e aumentar a flexibilidade para a gestão de sua estrutura de capital.

A proposta apresentada aos acionistas da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev em Fato Relevante publicado em 10 de maio de 2013 previa que a reorganização societária seria realizada por meio da incorporação, pela Companhia, de todas as ações de emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev que não fossem de propriedade da incorporadora, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas ("Incorporação de Ações"); na qual todas as ações emitidas e em circulação da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, incluindo ações na forma de American Depositary Receipts ("ADRs"), exceto as ações e ADRs da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev detidas pela Companhia, deveriam ser trocadas por ações ordinárias e ADRs emitidas pela Companhia. Em virtude da Incorporação de Ações, cada ação de emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, seja ela ordinária ou preferencial, ou ADR representativo de ação, ordinária ou preferencial, da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, daria direito ao recebimento por parte de seu titular de cinco ações ordinárias de emissão da Companhia ou cinco ADRs da Companhia, conforme o caso.

Em 10 de maio de 2013, foram realizadas reuniões do conselho de administração e do conselho fiscal da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev e reunião do conselho de administração da Companhia, nas quais tais órgãos aprovaram a proposta da Incorporação de Ações, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações de Emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev pela Ambev S.A.

Como passo preliminar à Incorporação de Ações, foi realizada, em 17 de junho de 2013, a contribuição ao capital da Companhia da totalidade das ações da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev de titularidade da Anheuser-Busch InBev N.V/S.A., detidas através da InterBrew International B.V. e da AmBrew S.A. Como consequência, a Companhia passou a ser titular de 1.301.670.110 ações ordinárias e 637.049.453 ações preferenciais de emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, passando a ser sua controladora.

Em 30 de julho de 2013, foram realizadas as assembleias gerais extraordinárias da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev e da Companhia que aprovaram, dentre outras matérias, o Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações de Emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev pela Ambev S.A., o laudo de avaliação das ações e a Incorporação de Ações, bem como o aumento do capital social da Companhia subscrito pelos administradores da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev e integralizado mediante a versão da totalidade das ações de emissão da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, excluídas aquelas de titularidade da Companhia

Como consequência da Incorporação de Ações, a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev passou a ser subsidiária integral da Companhia e os antigos acionistas da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev passaram a ser titulares da mesma proporção de ações na Companhia de que eram titulares anteriormente na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev.

Por meio de fato relevante publicado em 3 de dezembro de 2013, foi divulgada a proposta de incorporação, pela Companhia, da Companhia de Bebidas das Américas — Ambev e da Ambev Brasil Bebidas S.A. As incorporações visavam à simplificação da estrutura societária do grupo e à redução dos custos operacionais, de maneira que a Companhia continuasse a se dedicar à produção e ao comércio de cervejas, concentrados, refrigerantes e demais bebidas, diretamente, e não mais somente por meio de suas controladas ou subsidiárias integrais, conforme o caso.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

No dia 2 de janeiro de 2014, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia, da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev e da Ambev Brasil, por meio das quais foram aprovadas as incorporações mencionadas acima. Como resultado das incorporações, a Companhia recebeu pelos seus respectivos valores contábeis, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev e da Ambev Brasil, que foram extintas, tendo suas ações sido canceladas, e sendo sucedidas pela Companhia, nos termos da lei.

A incorporação da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev foi concluída sem aumento ou redução do patrimônio líquido ou do capital social da Companhia, já que a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev era uma subsidiária integral da Companhia. A incorporação da Ambev Brasil, por sua vez, resultou no aumento do capital social da Companhia em montante equivalente à parcela do patrimônio líquido da Ambev Brasil correspondente ao investimento dos acionistas minoritários da Ambev Brasil, i.e., em R\$156.566,05, passando o capital social da Companhia a ser de R\$57.000.946.244,65, já considerando os aumentos de capital aprovados e homologados pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 17 de outubro de 2013 e 19 de dezembro de 2013, nos termos do artigo 8º do estatuto social e do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, em virtude do exercício de opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia..

c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais relevantes no período.

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Referentes às demonstrações contábeis para o primeiro e o segundo trimestres de 2013:

Em 7 de dezembro de 2012 a Companhia de Bebidas das Américas — Ambev anunciou aos acionistas da Companhia proposta de reorganização societária visando à migração de sua estrutura acionária atual com duas espécies de ações (ordinárias e preferenciais) para uma estrutura com espécie única de ações ordinárias.

A reorganização societária proposta objetivava simplificar a estrutura societária e aprimorar a governança da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, com vistas a aumentar a liquidez para todos os acionistas, eliminar custos operacionais e administrativos da Companhia e aumentar a flexibilidade para a gestão de sua estrutura de capital.

Em 17 de junho de 2013, como passo preliminar à reorganização societária, a controladora Anheuser-Busch InBev S.A./N.V. ("<u>ABI</u>") contribuiu, através de suas subsidiárias InterBrew International B.V. ("<u>IIBV</u>") e AmBrew S.A. ("<u>Ambrew</u>"), a totalidade das ações da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev para a Companhia ("<u>Contribuição de Ações</u>").

Posteriormente, em 30 de julho de 2013, foi aprovada a incorporação de ações da Companhia de Bebidas das Américas — Ambev pela Companhia, exceto por aquelas já de titularidade da incorporadora, por meio da qual os acionistas de ação ordinária ou preferencial da Companhia de Bebidas das Américas — Ambev têm direito a receber cinco novas ações ordinárias de emissão da Companhia ("Incorporação de Ações"). Para fins de apresentação das informações comparativas antes da Contribuição de Ações, as informações financeiras incluídas neste item refletem as posições financeiras, resultados de operações e fluxos de caixa da Companhia e as participações societárias da Companhia de Bebidas das Américas — Ambev detidas pela ABI e entidades controladas (que foram transferidas para a Companhia em razão da Contribuição de Ações), considerando os ajustes contábeis reconhecidos pela ABI e a participação de não controladores para os acionistas da Companhia de Bebidas das Américas — Ambev não detidos pela ABI, para todos os períodos anteriores a 17 de junho de 2013.

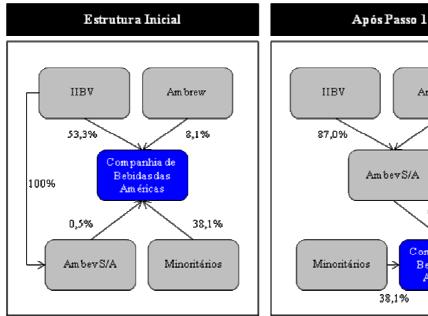
Por meio de fato relevante publicado aos acionistas em 3 de dezembro de 2013, foi divulgada a proposta de incorporação, pela Companhia, da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev. A incorporação visava à simplificação da estrutura societária do grupo e à redução dos custos operacionais, de maneira que a Companhia continuasse a se dedicar à produção e ao comércio de cervejas, concentrados, refrigerantes e demais bebidas, diretamente, e não mais somente por meio de suas controladas ou subsidiárias integrais.

No dia 2 de janeiro de 2014 foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia e da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, por meio das quais foi aprovada a incorporação mencionada acima, com data-base de 31 de dezembro de 2012 e o "Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Bebidas – Ambev pela Ambev S.A.". Como resultado da incorporação, a Companhia recebeu pelos seus valores contábeis, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, que foi extinta, tendo suas ações sido canceladas, e sendo sucedida pela Companhia, nos termos da lei.

A incorporação da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev foi concluída sem aumento ou redução do patrimônio líquido ou do capital social da Companhia.

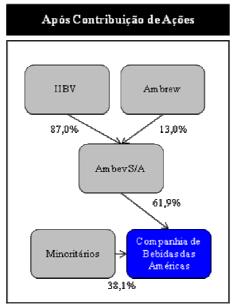
Seguem abaixo organogramas ilustrativos das alterações societárias apresentadas acima:

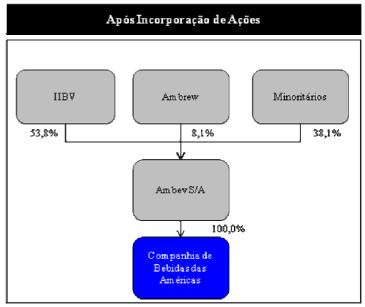
Contribuição de Ações



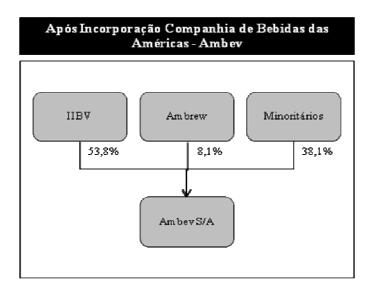
Am brew 13,0% AmbevS/A 61,9% Bebidasdas Am éricas 38,1%

Incorporação de Ações





Incorporação da Companhia de Bebidas das Américas - Ambev



As informações apresentadas nos demais subitens do item 10 deste Formulário de Referência se referem às informações financeiras individuais da Companhia, conforme apresentadas nas Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010.

No entanto, em virtude da Contribuição de Ações e da Incorporação de Ações descritas acima, a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev passou a ser subsidiária integral da Companhia, motivo pelo qual a Companhia passou a apresentar, a partir de 30 de junho de 2013, as suas informações financeiras de forma consolidada, tendo adotado, adicionalmente, a prática do custo contábil precedente.

Combinações de negócios entre empresas sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de contabilidade ("IFRS"). Sendo assim, conforme previsto nos parágrafos 10, 11 e 12 do Pronunciamento CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8) aprovado pela Deliberação CVM 592/09, dada a especificidade da Contribuição de Ações, a administração da Companhia julgou adequada a adoção de práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos tal como previstas no "FASB Accounting Standards Codification" ASC 805-50-30-5 para o tratamento de transações semelhantes, envolvendo entidades sob controle comum, que suportam a utilização do método de custo precedente.

Alternativamente, ainda conforme o CPC 23, na ausência de orientação da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, a administração pode também considerar as mais recentes posições técnicas assumidas por outros órgãos normatizadores contábeis que usem uma estrutura conceitual semelhante à do CPC para desenvolver pronunciamentos de contabilidade, ou ainda, outra literatura contábil e práticas geralmente aceitas do setor, até o ponto em que estas não entrem em conflito com as fontes enunciadas no CPC 23.

A prática contábil do custo precedente ("predecessor basis of accounting") é uma alternativa contábil e está em linha com as práticas contábeis de outros países, tais como os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América e no Reino Unido ("<u>US GAAP</u>" e "<u>UK GAAP</u>", respectivamente), os quais permitem a utilização dessa prática em reestruturações societárias e outras transações entre entidades sob controle comum.

Como a ABI, controladora final da Companhia e da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, mantém sua participação na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev, antes e depois da Contribuição de Ações, a administração elegeu o custo precedente como a prática contábil que representa melhor a transação ocorrida e fornece ao investidor informação útil.

A adoção da prática contábil do custo precedente, assim como sua aplicação de forma retroativa, representa mudança de prática contábil conforme o CPC 23. Como tal, seus efeitos estão sendo apresentados de forma comparativa para todos os períodos apresentados.

A apresentação dos efeitos contábeis da Contribuição de Ações nos períodos anteriores a 17 de junho de 2013 não altera os atos e fatos societários ocorridos até 17 de junho de 2013. As informações contábeis até esta data têm a finalidade de fornecer aos usuários deste documento informações contábeis comparativas com as informações contábeis históricas a partir de 17 de junho de 2013.

As informações contábeis da Companhia com a adoção da prática contábil do custo precedente foram preparadas para refletir:

- os resultados históricos de operações e posição financeira da Companhia de Bebidas das Américas Ambev (consolidada) e da Companhia em uma base combinada, ajustada para eliminar saldos, transações e os ganhos e perdas não realizados;
- os efeitos da aquisição inicial da Companhia de Bebidas das Américas Ambev pela ABI, que representam as informações contábeis da ABI base para seu investimento na Companhia de Bebidas das Américas Ambev; e
- a participação de não controladores na Companhia de Bebidas das Américas Ambev não detida pela ABI, que foi determinada pela participação proporcional no investimento líquido identificável e lucro líquido.

A Contribuição de Ações é uma reorganização de entidades sob controle comum. No entanto, essa contribuição está sendo reconhecida em uma base consistente com os valores reconhecidos pela controladora final ou o mais alto nível de controle comum, onde as informações contábeis consolidadas são preparadas, ou seja, no contexto da base contábil da ABI. Como tal, as informações contábeis da Companhia incluem lançamentos para refletir certos ajustes de combinação de negócios reconhecidos pela ABI, quando da aquisição da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev em 2004 e posteriores investimentos adicionais.

Como resultado, os lançamentos pela adoção da prática contábil do custo precedente estão assim detalhados:

(em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
·		
Patrimônio líquido da Ambev	28.863.744	25.761.101
Contribuição de ações	61,88%	61,88%
Valor do investimento em controlada	17.861.419	15.941.446
Investimento inicial em controlada a custo de aquisição	(249.663)	(249.663)
Desreconhecimento do ajuste a valor de mercado da participação incial, líquido de imposto de renda	(676.497)	(496.800)
Reconhecimento do investimento em controlada	16.935.259	15.194.983
Ágio registrado nas demontrações financeiras consolidadas ABI	6.674.495	6.360.153
Ajuste conforme valor justo do ativo imobilizado registrado nas demonstrações financeiras da ABI, líquido de imposto de renda	619.639	732.790
Ajustes da base contábil ABI	7.294.134	7.092.943
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente	24.229.393	22.287.926
Atribuídos na Demonstração do Patrimônio Líquido à:		
Ajuste no valor títulos dísponíveis para venda	(676.497)	(496.800)
Efeitos reflexos de outros resultados abrangentes	(1.762.851)	-
Ajustes contábeis de transações entre sócios	26.668.741	22.784.726

A contrapartida dos efeitos da prática contábil do custo precedente foi registrada contra a conta de reserva de ajustes de avaliação patrimonial. Na data da Contribuição de Ações, os efeitos dos atos societários foram registrados nas respectivas contas de capital e reservas com contrapartida na conta de reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

Os saldos das demais reservas também foram ajustados para refletir o ato societário que aprovou a Contribuição de Ações. Dessa forma, a partir de 17 de junho de 2013, não existem diferenças entre as informações contábeis históricas e as informações contábeis pelo custo precedente.

O impacto dos lançamentos acima nas demonstrações dos resultados da Companhia são as seguintes:

	Periodo findo em:		Trimestre findo em:		
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	
Lucro líquido do período da Ambev	4.225.971	4.218.112	1.882.440	1.903.839	
Participação acionária após a Contribuição de Ações	61,88%	61,88%	61,88%	61,88%	
Reconhecimento do investimento em controlada	2.615.109	2.610.246	1.164.889	1.178.131	
Resultado de equivalência após contribuição	(357.776)	-	(357.776)	-	
Aumento da depreciação e amortização	(68.463)	(90.882)	(35.242)	(47.790)	
Imposto de renda diferido sobre o ajuste acima	23.277	30.900	11.982	16.249	
Ajustes da base contábil ABI	(45.186)	(59.982)	(23.260)	(31.541)	
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente	2.212.147	2.550.264	783.853	1.146.590	

A prática contábil do custo precedente, bem como a sua apresentação para fins comparativos das informações financeiras não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Para tanto, a Companhia pretende ajustar a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, para excluir quaisquer impactos atuais e futuros no lucro líquido decorrentes da adoção desta prática contábil, relacionados à amortização/depreciação da mais valia dos ativos ou mesmo a um eventual *impairment* do ágio, desta forma preservando os dividendos mínimos obrigatórios.

Nesse sentido, e com o intuito de fornecer ao investidor informações completas e que retratem a realidade contábil da Companhia, seguem, em complemento às informações individuais fornecidas nos itens 10.1 e 10.2 acima, as informações financeiras consolidadas da Companhia, apresentadas de acordo com a prática contábil do custo precedente, para o período encerrado em 30 de junho de 2013, comparado com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 ou com o período encerrado em 30 de junho de 2012, conforme o caso.

BALANÇO PATRIMONIAL

A tabela a seguir apresenta a análise comparativa do Balanço Patrimonial <u>consolidado</u> da Companhia para os períodos indicados:

		Variação		Variação	Variação
Ativo	30/06/2013	Vertical	31/12/2012	Vertical	Horizontal
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes a caixa	4.482,2	8%	8.974,3	15%	-50%
Aplicações financeiras	486,1	1%	476,6	1%	2%
Contas a receber e demais contas a receber	4.250,7	7%	4.268,0	7%	0%
Estoques	2.726,3	5%	2.466,3	4%	11%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	111,8	0%	116,5	0%	-4%
Ativos mantidos para venda	-	-	4,1	0%	-100%
	12.057,1	21%	16.305,9	26%	-26%
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	246,7	0%	249,4	0%	-1%
Aplicações financeiras – partes relacionadas	-	-	-	-	-
	1.930,0	3%	1.855,0	3%	4%

Contas a receber e demais contas a receber					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.922,7	3%	1.428,2	2%	35%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10,8	0%	12,3	0%	-12%
Benefícios a funcionários	25,5	0%	25,5	0%	0%
Investimentos	18,1	0%	24,0	0%	-25%
Imobilizado	12.598,4	21%	12.351,3	20%	2%
Ativo intangível	3.139,8	5%	2.936,1	5%	7%
Ágio	26.790,2	46%	26.645,2	43%	1%
	46.682,2	79%	45.527,0	74%	3%
Total do ativo	58.739,3	100%	61.832,9	100%	-5%
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Contas a pagar e demais contas a pagar	8.286,1	14%	13.579,3	22%	-39%
Empréstimos e financiamentos	897,0	2%	837,8	1%	7%
Conta garantida	-	0%	0,1	0%	-100%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	736,9	1%	972,6	2%	-24%
Provisões	140,0	0%	137,5	0%	2%
	10.060,0	17%	15.527,2	25%	-35%
Passivo não circulante					
Contas a pagar e demais contas a pagar	3.280,2	6%	3.064,0	5%	7%
Empréstimos e financiamentos	2.111,7	4%	2.306,0	4%	-8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.437,6	2%	1.367,7	2%	5%
Provisões	458,4	1%	518,1	1%	-12%
Benefícios a funcionários	1.834,6	3%	1.780,9	3%	3%
	9.122,6	16%	9.036,7	15%	1%
Total do passivo	19.182,6	33%	24.563,9	40%	-22%
Patrimônio líquido					
Capital social	8.455,9	14%	249,1	1%	3.295%
Reservas	8.254,1	14%	51,6	0%	15.896%
Ajuste de avaliação patrimonial	9.551,9	16%	24.905,9	40%	-62%
Lucros acumulados	367,7	1%	-	0%	100%
Patrimônio líquido de controladores	26.629,6	45%	25.206,6	41%	6%
Participação de não controladores	12.927,1	22%	12.062,4	20%	7%
Total do passivo e patrimônio líquido	58.739,3	100%	61.832,9	100%	-5%

Análise comparativa do Balanço Patrimonial - Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012

Ativo

Caixa e equivalentes a caixa

Em 30 de junho de 2013, o saldo de caixa e equivalentes a caixa totalizou R\$4.482,2 milhões, comparado a R\$8.974,3 milhões em 31 de dezembro de 2012, o que representou uma redução de 50,06%, devido principalmente ao pagamento de dividendos aos acionistas referente à distribuição do resultado do exercício de 2012. As movimentações de caixa podem ser observadas no tópico demonstração de fluxo de caixa apresentado neste item. A participação do caixa e equivalentes de caixa, em 30 de junho de 2013, representava 8% do total do ativo, em comparação a 15% em 31 de dezembro de 2012.

Contas a receber e demais contas a receber

Em 30 de junho de 2013, o saldo de recebíveis totalizou R\$6.180,7 milhões, comparado a R\$6.123,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, o que representou um aumento de R\$57,7 milhões, ou 0,9%, detalhado no quadro abaixo. A participação das contas a receber e demais contas a receber, representava 10% do total do ativo em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

	30/6/2013	31/12/2012
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes	2.192,7	2.468,0
Juros a receber	89,3	127,1
Impostos indiretos a recuperar	627,3	468,7
Instrumentos financeiros derivativos com valor justo positivo	501,2	340,6
Despesas antecipadas de marketing	627,3	710,6
Outras contas a receber	212,9	152,9
	4.250,7	4.268,0
Ativo não circulante Contas a receber de clientes	0,2	1,4
Garantias e depósitos	566,9	552,5
Instrumentos financeiros derivativos com valor justo positivo	5,0	30,5
Impostos indiretos a recuperar	407,5	362,7
Despesas antecipadas de marketing	122,8	172,9
Investmentos ELJ	674,8	634,4
Outras contas a receber	152,7	100,6
	1.930,0	1.855,0
Total Contas a receber e demais contas a receber	6.180,7	6.123,0

Estoques

Em 30 de junho de 2013, o saldo de estoques totalizou R\$2.726,3 milhões, comparado a R\$2.466,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. O aumento de R\$260 milhões, ou 10,5%, detalhado no quadro abaixo. A participação dos estoques, em 30 de junho de 2013 representava 5% do total do ativo, em comparação a 4% em 31 de dezembro de 2012.

	30/06/2013	31/12/2012
Produtos acabados	1.047,6	698,0
Produtos em elaboração	240,2	204,5
Matérias-primas	1.082,4	1.195,2
Materiais de produção	41,3	59,5
Almoxarifado e outros	213,8	248,7
Adiantamentos	128,1	88,3
Provisão para perdas	(27,2)	(27,7)
	2.726,3	2.466,3

Imposto de renda e contribuição social diferidos (Ativo e Passivo)

Em 30 de junho de 2013, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou R\$485,0 milhões, comparado a R\$60,5 milhões em 31 de dezembro de 2012. O aumento de R\$424,5 milhões, ou 702% e está descrito nos quadros abaixo que demonstram a composição do imposto diferido por origem da diferença temporária.

(em milhões de reais)		30/06/2013	
	Ativo	Passivo	Líquido
Contas a receber e demais contas a receber	50,3	-	50,3
Derivativos	374,7	(5,3)	369,4
Estoques	120,3	(5,4)	114,9
Prejuízos fiscais a utilizar	548,0	-	548,0
Créditos tributários de reestruturação societária	54,3	_	54,3
Benefícios a empregados	499,7	(0,5)	499,2
Imobilizado	25,6	(644,0)	(618,4)
Ativo intangível	5,9	(620,1)	(614,2)
Ágio	29,2	-	29,2
Contas a pagar e demais contas a pagar	-	(515,5)	(515,5)
Empréstimos e financiamentos	120,8	-	120,8
Provisões	266,1	(9,2)	256,9
Lucros auferidos em regime específico de subsidiária no exterior	-	(14,8)	(14,8)
Outros itens	205,0	_	205,0
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	2.299,9	(1.814,8)	485,1
Compensação	(377,2)	377,2	-
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	1.922,7	(1.437,6)	485,1
(em milhões de reais)		31/12/2012	
(em milhões de reais)	Ativo	31/12/2012 Passivo	Líquido
	Ativo	31/12/2012 Passivo	Líquido
Contas a receber e demais contas a receber	37,7	Passivo -	37,7
Contas a receber e demais contas a receber Derivativos	37,7 294,8	Passivo (0,2)	37,7 294,6
Contas a receber e demais contas a receber Derivativos Estoques	37,7 294,8 115,1	Passivo -	37,7 294,6 114,5
Contas a receber e demais contas a receber Derivativos Estoques Prejuízos fiscais a utilizar	37,7 294,8 115,1 342,3	Passivo (0,2)	37,7 294,6 114,5 342,3
Contas a receber e demais contas a receber Derivativos Estoques Prejuízos fiscais a utilizar Créditos tributários de reestruturação societária	37,7 294,8 115,1 342,3 229,8	Passivo (0,2)	37,7 294,6 114,5 342,3 229,8
Contas a receber e demais contas a receber Derivativos Estoques Prejuízos fiscais a utilizar Créditos tributários de reestruturação societária Benefícios a empregados	37,7 294,8 115,1 342,3 229,8 523,7	Passivo - (0,2) (0,6)	37,7 294,6 114,5 342,3 229,8 523,7
Contas a receber e demais contas a receber Derivativos Estoques Prejuízos fiscais a utilizar Créditos tributários de reestruturação societária	37,7 294,8 115,1 342,3 229,8	Passivo (0,2) (0,6) - - (607,5)	37,7 294,6 114,5 342,3 229,8 523,7 (579,9)
Contas a receber e demais contas a receber Derivativos Estoques Prejuízos fiscais a utilizar Créditos tributários de reestruturação societária Benefícios a empregados	37,7 294,8 115,1 342,3 229,8 523,7	Passivo - (0,2) (0,6)	37,7 294,6 114,5 342,3 229,8 523,7
Contas a receber e demais contas a receber Derivativos Estoques Prejuízos fiscais a utilizar Créditos tributários de reestruturação societária Benefícios a empregados Imobilizado	37,7 294,8 115,1 342,3 229,8 523,7 27,6	Passivo (0,2) (0,6) - - (607,5)	37,7 294,6 114,5 342,3 229,8 523,7 (579,9)
Contas a receber e demais contas a receber Derivativos Estoques Prejuízos fiscais a utilizar Créditos tributários de reestruturação societária Benefícios a empregados Imobilizado Ativo intangível	37,7 294,8 115,1 342,3 229,8 523,7 27,6 5,8	Passivo (0,2) (0,6) - - (607,5)	37,7 294,6 114,5 342,3 229,8 523,7 (579,9) (604,6)
Contas a receber e demais contas a receber Derivativos Estoques Prejuízos fiscais a utilizar Créditos tributários de reestruturação societária Benefícios a empregados Imobilizado Ativo intangível Ágio Contas a pagar e demais contas a pagar	37,7 294,8 115,1 342,3 229,8 523,7 27,6 5,8	Passivo (0,2) (0,6) - (607,5) (610,4) (413,9)	37,7 294,6 114,5 342,3 229,8 523,7 (579,9) (604,6) 29,2 (413,9)
Contas a receber e demais contas a receber Derivativos Estoques Prejuízos fiscais a utilizar Créditos tributários de reestruturação societária Benefícios a empregados Imobilizado Ativo intangível Ágio Contas a pagar e demais contas a pagar Empréstimos e financiamentos	37,7 294,8 115,1 342,3 229,8 523,7 27,6 5,8 29,2	Passivo (0,2) (0,6) - (607,5) (610,4) (413,9) (4,4)	37,7 294,6 114,5 342,3 229,8 523,7 (579,9) (604,6) 29,2 (413,9) 115,7
Contas a receber e demais contas a receber Derivativos Estoques Prejuízos fiscais a utilizar Créditos tributários de reestruturação societária Benefícios a empregados Imobilizado Ativo intangível Ágio Contas a pagar e demais contas a pagar Empréstimos e financiamentos Provisões	37,7 294,8 115,1 342,3 229,8 523,7 27,6 5,8	Passivo (0,2) (0,6) (0,6) (607,5) (610,4) (413,9) (4,4) (6,1)	37,7 294,6 114,5 342,3 229,8 523,7 (579,9) (604,6) 29,2 (413,9) 115,7 281,8
Contas a receber e demais contas a receber Derivativos Estoques Prejuízos fiscais a utilizar Créditos tributários de reestruturação societária Benefícios a empregados Imobilizado Ativo intangível Ágio Contas a pagar e demais contas a pagar Empréstimos e financiamentos	37,7 294,8 115,1 342,3 229,8 523,7 27,6 5,8 29,2	Passivo (0,2) (0,6) - (607,5) (610,4) (413,9) (4,4)	37,7 294,6 114,5 342,3 229,8 523,7 (579,9) (604,6) 29,2 (413,9) 115,7

Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	2.014,0	(1.953,5)	60,5
Compensação	(585,8)	585,8	-
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	1.428,2	(1.367,7)	60,5

Imobilizado

Em 30 de junho de 2013, o saldo de imobilizado totalizou R\$12.598,4 milhões, comparado com R\$12.351,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. A movimentação, que resultou em um aumento líquido de R\$247,1 milhões, ou 2%, deveu-se fundamentalmente às aquisições efetuadas no período relacionadas substancialmente a modernização, reformas, ampliação de linhas e construção de novas plantas com o objetivo de aumentar a capacidade instalada e está demonstrada no quadro abaixo. A participação do imobilizado, em 30 de junho de 2013 representava 21% do total do ativo, em comparação a 20% em 31 de dezembro de 2012.

	30/06/2013					31/12/2012
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total	Total
Custo de aquisição						
Saldo inicial	5.025	15.669	2.829	1.602	25.124	21.886
Efeito de variação cambial	46	153	21	3	223	582
Aquisições por meio de combinações de negócios	-	-	-	3	3	722
Aquisições	5	119	19	1.045	1.187	2.971
Alienações	(25)	(163)	(214)	-	(402)	(942)
Transferências para outras categorias de ativos	317	771	150	(1.298)	(60)	(98)
Outros	0	0	(1)	-	0	2
Saldo final	5.367	16.550	2.804	1.354	26.075	25.124
Depreciação e <i>Impairment</i>						
Saldo inicial	(1.622)	(9.160)	(1.990)	-	(12.773)	(11.511)
Efeito de variação cambial	(14)	(101)	(14)	-	(129)	(379)
Depreciação	(88)	(676)	(157)	-	(921)	(1.732)
Perda por redução ao valor de recuperação	-	(32)	-	-	(32)	(56)
Alienações	25	143	212	-	380	856
Transferências para outras categorias de ativos	-	(7)	5	-	(3)	46
Outros	-	1	0	-	1	3
Saldo final	(1.700)	(9.832)	(1.945)	-	(13.477)	(12.773)
Valor contábil:						
31 de dezembro de 2012	3.402	6.509	839	1.602	12.351	12.351
30 de junho de 2013	3.668	6.717	860	1.354	12.598	

Intangível

Em 30 de junho de 2013, o saldo de intangível totalizou R\$3.139,8 milhões, comparado com R\$2.936,1 milhões em 31 de dezembro de 2012. A movimentação, que resultou em um aumento de R\$203,7 milhões, ou 6,94% está demonstrada no quadro abaixo. A participação do intangível, em 30 de junho de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 representava 5% do total do ativo.

			30/06/2013			31/12/2012
		Contratos de				
Custo de aquisição	Marcas	distribuição	Software	Outros	Total	Total
Saldo inicial	2.477	1.510	498	217	4.702	3.527
Efeito de variação cambial	74	1	1	7	83	104
Aquisições	-	137	1	7	145	134
Alienação	-	(1)	(15)		(16)	(3)
Aquisição por meio de combinação de negócios	-	-	-	-	-	888
Transferências para outras categorias de ativos	-	-	66		66	52
Saldo no final	2.551	1.647	551	231	4.980	4.702
Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação						
Saldo inicial	(2)	(1.253)	(369)	(142)	(1.766)	(1.614)
Efeito de variação cambial	-	-	(1)		(1)	(1)
Amortização	(6)	(53)	(19)	(10)	(88)	(153)
Alienação	-	-	14	-	14_	3
Saldo no final	(8)	(1.306)	(375)	(152)	(1.841)	(1.766)
Valor contábil:						
31 de dezembro de 2012	2.475	257	129	75	2.936	2.936
30 de Junho de 2013	2.543	341	176	79	3.139	

Ágio

Em 30 de junho de 2013, o saldo de ágio totalizou R\$26.790,2 milhões, comparado a R\$26.645,2 milhões em 31 de dezembro de 2012. O aumento de R\$144,9 milhões, ou 0,5%, é referente, principalmente, ao efeito de variação cambial. A participação do ágio, em 30 de junho de 2013, representava 46% do total do ativo, em comparação a 43% em 31 de dezembro de 2012.

Passivo Circulante e Passivo Não Circulante

O passivo circulante era de 10.060,0 milhões em 30 de junho de 2013, em comparação a um saldo de 15.527,2 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando uma redução de 35,21% ou 5.467,2 milhões. A participação do passivo circulante em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido passou para 17% em 30 de junho de 2013, em comparação a 25% em 31 de dezembro de 2012. A variação ocorreu principalmente em virtude da redução do saldo de contas a pagar pelo pagamento de dividendos aos acionistas.

O passivo não circulante era de 9.122,6 em 30 de junho de 2013, em comparação a um saldo de 9.036,7 em 31 de dezembro de 2012, o que representou um aumento de 0,95% ou 85,9 milhões. A participação do passivo não circulante em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido passou para 16% em 30 de junho de 2013, em comparação a 15% em 31 de dezembro de 2012.

Contas a pagar e demais contas a pagar

Em 30 de junho de 2013, o saldo de contas a pagar totalizou R\$11.566,3 milhões, comparado a R\$16.643,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. A redução de R\$5.077,0 milhões, ou 30,5% está detalhada no quadro abaixo. A participação das contas a pagar e demais contas a pagar em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido passou para 20% em 30 de junho de 2013, em comparação a 27% em 31 de dezembro de 2012.

	30/6/2013	31/12/2012
Passivo circulante		
Fornecedores e despesas provisionadas	4.908,3	6.563,2
Salários e encargos	456,2	566,1
Impostos indiretos a pagar	1.514,9	2.046,8
Diferimento de impostos sobre vendas	23,0	54,7
Juros a pagar	22,4	38,7
Instrumentos financeiros derivativos com valores justos negativos	1.029,2	1.051,7
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	177,1	3.088,9
Adiantamento para futuro aumento de capital	9,6	-
Outras contas a pagar	145,2	169,3
	8.286,1	13.579,3
Passivo não circulante		
Fornecedores	51,7	45.0
	- ,-	45,0
Diferimento de impostos sobre vendas	234,1	528,8
Diferimento de impostos sobre vendas Impostos, taxas e contribuições	ŕ	-,-
•	234,1	528,8
Impostos, taxas e contribuições	234,1 130,3	528,8 250,5
Impostos, taxas e contribuições Instrumentos financeiros derivativos com valores justos negativos	234,1 130,3 36,7	528,8 250,5 4,2
Impostos, taxas e contribuições Instrumentos financeiros derivativos com valores justos negativos Opção de Venda de participação em Controlada	234,1 130,3 36,7 2.383,6	528,8 250,5 4,2 2.125,8

Empréstimo e financiamento

Em 30 de junho de 2013, o saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R\$3.008,7 milhões, comparado a R\$3.143,8 milhões em 31 de dezembro de 2012. A redução de R\$135,1 milhões, ou 4,3%, e está demonstrada no quadro abaixo. A participação dos empréstimos e financiamentos em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido permaneceu em 5% em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

(em milhões de reais)	30/06/2013	31/12/2012
Passivo circulante		
Empréstimos bancários com garantia	63,7	65,2
Empréstimos bancários sem garantia	808,9	753,8
Outros empréstimos sem garantia	23,3	17,2
Arrendamentos financeiros	1,1	1,6
	897,0	837,8
Passivo não circulante		
Empréstimos bancários com garantia	183,6	243,8
Empréstimos bancários sem garantia	1.365,5	1.462,3
Debêntures e Bonds emitidos	410,1	429,8
Outros empréstimos sem garantia	132,8	151,5
Arrendamentos financeiros	19,7	18,6
	2.111,7	2.306,0
Total Empréstimos e financiamentos	3.008,7	3.143,8

Imposto de renda e contribuição social

Com relação ao segundo trimestre de 2013, em 30 de junho de 2013, o saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar totalizou R\$736,9 milhões, comparado a R\$972,6 milhões em 31 de dezembro de 2012. A redução de R\$235,7 milhões, ou 24,2%, refere-se, principalmente, à redução da base tributável no período. A participação do imposto de renda e contribuição social em relação ao total do passivo e patrimônio líquido passou para 1% em 30 de junho de 2013, em comparação a 2% em 31 de dezembro de 2012.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido era de R\$26.629,6 em 30 de junho de 2013, em comparação a um saldo de R\$25.206,6 verificado em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de 5,65% ou R\$1.423,0. A participação do patrimônio líquido em relação ao total do passivo e patrimônio líquido passou para 45% em 30 de junho de 2013, em comparação a um percentual de 41% em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento deveu-se principalmente ao resultado líquido do exercício de 2013, no montante de R\$2.579,8 milhões, que foi parcialmente compensado pelo reflexo de outras movimentações de capital de controlada relacionado à adoção da prática contábil do custo precedente.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

A tabela a seguir apresenta a análise comparativa das Demonstrações de Resultados <u>consolidados</u> da Companhia para os períodos indicados:

	Período findo em:				
	30/06/2013	Variação Vertical	30/06/2012	Variação Vertical	Variação Horizonal
Receita líquida	15.275,9		14.061,1		
Custo dos produtos vendidos	(5.288,8)	-91%	(4.703,4)	-86%	12%
Lucro bruto	9.987,2		9.357,8		
Despesas comerciais	(4.071,1)	-70%	(3.553,0)	-66%	15%
Despesas administrativas	(751,4)	-13%	(674,2)	-12%	11%
Outras receitas (despesas) operacionais	624,2	11%	307,7	6%	103%
Participação no resultado de controladas	1,8	0%	0,1	0%	1.700%
Lucro operacional antes dos itens não recorrentes	5.790,7	100%	5.438,4	100%	6%
Itens não recorrentes	(6,2)	0%	(26,8)	0%	-77%
Lucro operacional	5.784,5	100%	5.411,6	100%	7%
Despesas financeiras	(796,4)	-14%	(600,2)	-11%	33%
Receitas financeiras	288,6	5%	335,0	6%	-14%
Resultado financeiro, líquido	(507,8)	-9%	(265,2)	-5%	92%
		0%		0%	0%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.276,7	91%	5.146,4	95%	3%
Imposto de renda e contribuição social	(1.012,2)	-17%	(942,7)	-17%	7%
Lucro líquido do período	4.264,5	74%	4.203,7	78%	1%
Atribuído a:					
Participação dos controladores	2.579,8		2.550,4		
Participação dos não controladores	1.684,7		1.653,3		

Análise comparativa dos Resultados Operacionais - Em 30 de junho de 2013 e 30 de junho de 2012

Receita líquida

A receita líquida aumentou 8,64% no período encerrado em 30 de junho de 2013, passando de R\$14.061,1 no mesmo período de 2012 para R\$15.275,9 milhões.

Para maiores informações sobre a receita líquida das vendas, vide item 10.2 (b) deste Formulário de Referência.

Custo dos produtos vendidos - CPV

O custo total das vendas aumentou 12,4% no período encerrado em 30 de junho de 2013, passando de R\$4.703,4 milhões no mesmo período de 2012 para R\$5.288,8 milhões. Como percentual do lucro operacional antes dos itens não recorrentes, o custo total das vendas passou para -91% em 2013, em relação a -86% em 2012. Os principais fatores que contribuíram para o aumento do custo foram (i) o custo de matéria prima indexada ao dólar americano, *hedgeada* para reais por uma taxa maior que o mesmo semestre do ano anterior, (ii) o *mix* de embalagens; e (iii) o aumento da depreciação industrial ligada aos investimentos no Brasil.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 6,7% no período encerrado em 30 de junho de 2013, passando para R\$9.987,2 milhões comparado a R\$9.357,8 milhões no mesmo período de 2012. Os principais fatores que contribuíram para o aumento do lucro bruto foram aumento de 8,64% ou R\$1.214,8 na receita líquida compensada pelo aumento de 12,4% ou R\$585,4 do custo dos produtos vendidos.

Despesas Comerciais e Administrativas

As despesas comerciais e administrativas da Companhia totalizaram R\$4.822,5 milhões no período encerrado em 30 de junho de 2013, representando um aumento de 14,1% comparado a R\$4.227,2, no mesmo período de 2012. Como percentual do lucro operacional antes dos itens não recorrentes, as despesas comerciais e administrativas, com vendas e *marketing* aumentaram para 83% em 30 de junho de 2013, em relação a 78% no mesmo período em 2012. Os principais fatores que contribuíram para o aumento foram o aumento de despesas logísticas e despesas comerciais gerais.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

O saldo líquido de outras receitas e despesas operacionais referentes ao primeiro semestre de 2013 representou um ganho de R\$624,2 milhões, comparado ao ganho de R\$307,7 milhões registrado no mesmo período de 2012, representando um aumento de 103%. Como percentual do lucro operacional antes dos itens não recorrentes, as outras receitas (despesas) operacionais e líquidas aumentaram para 11% em 30 de junho de 2013, em relação a 6% no mesmo período em 2012. O aumento é explicado principalmente por maiores subvenções governamentais.

Itens não recorrentes

Os itens não recorrentes totalizaram uma despesa de R\$ 6,2 milhões no primeiro semestre de 2013 devido principalmente a gastos com reestruturação. Este valor é comparado a uma despesa não recorrente de R\$ 26,8 milhões no mesmo período de 2012, resultado de (i) gastos com aquisição de subsidiárias e (ii) gastos com reestruturação.

Lucro Operacional

O lucro operacional aumentou em 6,9% no período encerrado em 30 de junho de 2013, alcançando R\$5.784,5 em relação aos R\$5.411,6 no mesmo período de 2012, em decorrência principalmente do maior lucro bruto.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro foi uma despesa de R\$507,8 milhões, comparado a uma despesa de R\$265,2 milhões no primeiro semestre de 2012. Este resultado é explicado principalmente por (i) uma despesa adicional sem efeito caixa relacionada à opção de venda associada ao nosso investimento na *Cervecería Nacional Dominicana*, S.A. (CND); e (ii) despesas mais elevadas relacionadas a instrumentos derivativos.

Lucro Líquido

O lucro líquido alcançado pela Companhia no período encerrado em 30 de junho de 2013 foi de R\$4.264,5 milhões, representando um aumento de 1,4% comparado aos R\$4.203,7 milhões no mesmo período de 2012.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta a análise comparativa dos Fluxos de Caixa consolidados da Companhia para os períodos indicados:

	Período findo em:				
	30/06/2013	Variação Vertical	30/06/2012	Variação Vertical	Variação Horizontal
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.433,6	-54%	3.295,6	-98%	-26%
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.257,0)	28%	(3.152,5)	94%	-60%
Fluxo de caixa de atividades financeiras	(5.678,9)	126%	(3.510,9)	104%	62%
Total	(4.502,3)	100%	(3.367,8)	100%	34%

Análise comparativa dos Fluxos de Caixa - Em 30 de junho de 2013 e 30 de junho de 2012

Atividades Operacionais

O fluxo de caixa da Companhia proveniente de atividades operacionais diminuiu 26,2%, passando para R\$2.433,6 milhões no período de 2013, encerrado em 30 de junho de 2013, em relação aos R\$3.295,6 milhões no mesmo período de 2012. A redução deve-se principalmente ao aumento do capital de giro por conta do incremento de contas a receber no final do semestre e mudanças no calendário de recolhimento de tributos em algumas das operações da Companhia no exterior, de forma que determinados tributos passaram a ser recolhidos no final do segundo trimestre ao invés de no terceiro trimestre, conforme anos anteriores. O fluxo de caixa das atividades operacionais, em relação ao fluxo de caixa total do período, diminuiu para (54)% em 30 de junho de 2013, em relação a (98)% no mesmo período de 2012.

Atividades de Investimento

No primeiro semestre de 2013, encerrado em 30 de junho de 2013, o fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento da Companhia foi de R\$(1.257,0) milhões, enquanto no mesmo período de 2012 o fluxo de caixa aplicado totalizou R\$(3.152,5) milhões. A redução de 60,1% ocorreu, principalmente, pela aquisição de subsidiárias no valor de R\$2.512,3 devido à aliança estratégica da Companhia no Caribe com a *Cervecería Nacional Dominicana*, S.A. (CND) ocorrida no primeiro semestre de 2012. O fluxo de caixa das atividades de investimento, em relação ao fluxo de caixa total do período, diminuiu para 28% em 30 de junho de 2013, em relação a 94% no mesmo período de 2012.

Atividades Financeiras

O fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento da Companhia no primeiro semestre de 2013, encerrado em 30 de junho de 2013, totalizou R\$5.678,9 milhões, comparado aos R\$3.510,9 milhões no mesmo período de 2012. O aumento de 61,8% deveu-se principalmente à maior distribuição de dividendos aos acionistas no período. O fluxo de caixa das atividades financeiras, em relação ao fluxo de caixa total do período, aumentou para 126% em 30 de junho de 2013, em relação a 104% no mesmo período de 2012.

Resultado Operacional e Financeiro

Durante o primeiro semestre de 2013, a indústria no Brasil começou desafiadora, tendo um desempenho um pouco melhor nos meses de maio e junho, dadas as melhores condições meteorológicas em tais meses, bem como a Copa das Confederações da FIFA em junho. Além disto, durante o segundo trimestre, houve sinais de melhora em relação à inflação de alimentos e a renda disponível continuou crescendo. As prioridades comerciais continuaram evoluindo e provaram-se decisivas: crescimento dos volumes de inovações e dos volumes *premium*, aumento da participação de mercado no Norte e Nordeste e crescimento dos volumes das garrafas retornáveis de vidro de 1 litro e 300 ml.

Na HILA-Ex, com o primeiro aniversário da aquisição da República Dominicana, a Companhia e suas subsidiárias entregaram o resultado operacional conforme previsto. Além disto, a estratégia comercial da Guatemala permaneceu como prioridade chave e a Companhia e suas subsidiárias obtiveram crescimento de volume e participação de mercado.

A América Latina Sul obteve bons resultados no primeiro semestre de 2013 mesmo diante do cenário desafiador da indústria na Argentina. A Companhia e suas subsidiárias obtiveram crescimento significativo no resultado operacional, mesmo com contração de volume.

No Canadá, a indústria fraca durante o primeiro semestre e a tributação mais alta em Quebec implementada ao final de 2012 impactaram os volumes da operação.

No Brasil, a indústria em 2012 sofreu com aumentos de impostos pelo segundo ano consecutivo e com crescimento econômico abaixo dos últimos anos, mas ainda assim alcançou crescimento em relação ao ano anterior. As estratégias comerciais foram decisivas para impulsionar o crescimento de volume combinado com aumento de receita da Companhia e de suas subsidiárias no país, principais impactos positivos no crescimento do resultado operacional em 2012.

Os resultados operacionais de 2012 em HILA-Ex foram beneficiados pela aliança estratégica no Caribe com a *Cervecería Nacional Dominicana*, *S.A.* (CND) e a consequente consolidação dos resultados desta operação a partir de maio de 2012. Além disso, a Companhia e suas subsidiárias obtiveram crescimento de volume e participação de mercado em outros países da região, como a Guatemala.

A América Latina Sul obteve bons resultados em 2012 mesmo diante do cenário desafiador de indústria na Argentina. A Companhia e suas subsidiárias obtiveram um crescimento significativo no resultado operacional, mesmo com contração de volume.

No Canadá, a indústria foi relativamente estável em 2012. Ainda assim a Companhia e suas subsidiárias alcançaram crescimento de receita e do resultado operacional.

Variações na Receita líquida – Período encerrado em 30 de junho de 2013 comparado com mesmo período de 2012

A receita líquida aumentou 8,6% no período encerrado em 30 de junho de 2013, passando para R\$15.275,9 milhões, em relação aos R\$14.061,1 milhões no mesmo período de 2012.

Operações Brasileiras

A receita líquida das operações brasileiras da Companhia aumentou 4,6% no período encerrado em 30 de junho de 2013, passando para R\$9.670,3 milhões, em relação aos R\$9.247,2 milhões no mesmo período de 2012.

Operação de Cervejas da Companhia no Brasil.

A receita líquida de cerveja no Brasil aumentou 4,3% no período encerrado em 30 de junho de 2013, passando para R\$8.063,5 milhões, em relação aos R\$7.728,1 milhões no mesmo período de 2012. Este aumento foi devido à queda de 4,5% no volume de vendas compensado pelo aumento e de 9,3% na receita por hectolitro, que chegou a R\$208,4 como consequência dos aumentos de preços do ano passado, do maior mix de marcas *premium* e do maior peso da distribuição direta.

Refrigerantes Carbonatados e Bebidas Não Alcoólicas e Não Carbonatadas no Brasil.

A receita líquida aumentou 5,8% no período encerrado em 30 de junho de 2013, passando de R\$1.519,2 milhões no mesmo período de 2012, para R\$1.606,8 milhões. O principal elemento que contribuiu para esse resultado foi o aumento de 8,6% da receita por hectolitro, devido aos aumentos de preços, parcialmente compensados por uma queda 2,6% no volume de vendas.

Operação na HILA-Ex

As operações da HILA-Ex, apresentaram um aumento da receita líquida no primeiro semestre de 2013 de 111,1%, acumulando R\$588,0 milhões. O principal efeito que explica esse aumento em reais foi a aliança estratégica no Caribe com a *Cervecería Nacional Dominicana*, S.A. (CND) e a consequente consolidação dos resultados desta operação a partir de maio de 2012. O principal fator que contribuiu para o crescimento orgânico da receita foi a conclusão das iniciativas de integração na República Dominicana.

Operações na América Latina Sul

A receita líquida da América Latina Sul (LAS) foi de R\$3.082,7 milhões no primeiro semestre de 2013 em comparação aos R\$2.706,0 milhões no mesmo período em 2012, representando um crescimento de 13,9% em relação a 2012. O principal fator que contribuiu para o aumento da receita foi o aumento de 21,7% na receita por hectolitro, alcançando R\$ 177,4. Esse aumento foi decorrente da implantação bemsucedida da estratégia para a ROL por hectolitro na região.

Operações no Canadá

As operações da *Labatt Brewing Company Limited* na América do Norte contribuíram com R\$1.934,9 milhões para a receita consolidada da Companhia no primeiro semestre de 2013, um aumento de 5,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é decorrente do aumento da receita por hectolitro de 9,6%, parcialmente compensado por uma queda de 3,5% no volume de vendas.

Outros impactos no resultado financeiro e opercional da Companhia

No primeiro semestre de 2013, o custo dos produtos vendidos do Brasil foi impactado negativamente pela taxa de *hedge* do real contra o dólar norte-americano, que neste ano foi maior do que a taxa média do ano anterior, somado ao efeito adverso na diluição dos custos fixos devido à queda do volume, ao *mix* de embalagens e ao aumento da depreciação industrial ligada aos investimentos no Brasil. Na América Latina Sul, pressões de custos de insumo e mão-de-obra impactaram negativamente. No Canadá, o aumento de custo foi principalmente resultante da pior diluição de custos fixos devido à queda de volume.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, um dos maiores impactos positivos no custo dos produtos vendidos da operação no Brasil referiu-se à taxa de hedge do real contra o dólar norte-americano. Por outro lado, os preços *hedgeados* para *commodities* como açúcar, alumínio e cevada foram desfavoráveis para os custos no período, assim como os custos de embalagens.

Na América Latina Sul, pressões inflacionárias, custos de mão-de-obra e maiores custos de matérias primas, principalmente cevada, impactaram negativamente os custos. No Canadá, o custo ficou praticamente estável em moeda local e em reais teve impacto negativo devido a apreciação da taxa média do dólar canadense comparada a do real.

Já o resultado financeiro líquido do período encerrado em 30 de junho de 2013, foi uma despesa financeira líquida de R\$507,8 milhões, R\$242,6 milhões maior do que no mesmo período de 2012. Este resultado é explicado por (i) uma despesa adicional sem efeito caixa relacionada à opção de venda associada ao investimento na *Cervecería Nacional Dominicana*, S.A. (CND); e (ii) despesas mais elevadas relacionadas a instrumentos derivativos.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Normas novas, alterações e interpretações de normas com aplicação a partir de 2013

CPC 36 (R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas:

Prevê um modelo único de consolidação e identificação de controle para consolidação de todos os tipos de entidades.

CPC 19 (R2) - Entidades de Controle Conjunto:

Elimina a consolidação proporcional em substituição pelo método de equivalência patrimonial em entidades de controle conjunto.

CPC 45 - Divulgação de participações em outras entidades:

Combina e melhora os requerimentos de divulgação relacionados a subsidiárias, entidades de controle conjunto, associadas e entidades não consolidadas.

CPC 46 - Mensuração de Valor Justo:

Não altera ou introduz nenhum novo requerimento para mesurar ativos ou passivos a valor justo, mas permite a mensuração a valor justo de outros itens e determina como divulgar mudanças em valor justo.

CPC 33 (R1) - Benefícios a funcionários (Revisada em 2011):

As alterações, em decorrência da revisão, que terão impactos mais significativos são:

- Os retornos esperados dos ativos dos planos não serão mais reconhecidos na demonstração do resultado. Os retornos esperados serão substituídos pelo reconhecimento de uma receita financeira na demonstração de resultado que será calculada utilizando a mesma taxa de desconto para mensuração do passivo atuarial.
- O custo dos serviços passados não poderá mais ser diferido e reconhecido pelo período de carência. Em decorrência disso, todos os custos dos serviços passados deverão ser reconhecidos no momento em que a Companhia efetua algum ajuste ou termina o plano.

A norma revisada é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva exigida.

CPC 44 Demonstrações Combinadas

Trata-se de regras de divulgação de demonstrações contábeis combinadas por entidades que controlem uma ou mais entidades e elaborem relatórios contábeis-financeiros, com o objetivo de apresentar as informações contábeis como se as diversas entidades sob controle comum fossem apenas uma única entidade, considerando os mesmos procedimentos utilizados quando da elaboração de demonstrações contábeis consolidadas. Esta norma foi aprovada em 2 de maio de 2013 e é aplicável a partir da data de sua publicação. O impacto dessa norma será basicamente um aumento nas informações que devem ser divulgadas.

Não há outras normas CPC que ainda não entraram em vigor no exercício social de 2013 que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

a.II) Referentes às demonstrações contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Portanto, sua aplicação é prospectiva a essa demonstração contábil, e está resumida a seguir.

CPC 45 Divulgação de participações em outras entidades

Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um aumento nas informações que devem ser divulgadas.

CPC 46 Mensuração do Valor Justo

O objetivo da norma CPC 46 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em CPC. As exigências, que estão bastante alinhadas entre CPC e as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América ("US GAAP"), não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas CPC ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um aumento nas informações que devem ser divulgadas.

CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras

A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

Não há outras normas CPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

a.III) Referentes às demonstrações contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011:

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo CPC, mas não estão em vigor para o exercício de 2011:

CPC 45 Divulgação de participações em outras entidades

Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

CPC 46 Mensuração do Valor Justo

O objetivo da norma CPC 46 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em CPC. As exigências, que estão bastante alinhadas entre CPC e as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América ("<u>US GAAP</u>"), não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas CPC ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1° de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

CPC 26 Apresentação de Demonstrações Contábeis

A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

Não há outras normas CPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

a.IV) Referentes às demonstrações contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010:

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia possuia investimento de 0,480% na Companhia de Bebidas das Américas – Ambev. No entanto, a Companhia julgou que a sua administração tem influencia significativa na Companhia de Bebidas das Américas - Ambev, fazendo, dessa forma, que esses investimentos sejam contabilizados pela equivalencia patrimonial. Os saldos de 31 de dezembro de 2009 e 2008 foram refeitos para fins de comparação.

Durante o exercício de 2010, em decorrência da implementação dos novos pronunciamentos do CPC, a Companhia reavaliou o critério de contabilização de seus investimentos, anteriormente registrado pelo método de custo e decidiu registrá-los pelo método de equivalencia patrimonial, de forma retrospectiva na data de transição em 1º de janeiro de 2009.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não aplicável, pois não há quaisquer ressalvas ou ênfases no parecer do auditor independente nos três últimos exercícios sociais, nem no exercício social corrente.

Os diretores da Companhia consideram uma prática contábil crítica quando ela é importante para retratar a situação financeira da Companhia e resultados operacionais, e requer julgamentos e estimativas complexos ou significativos por parte da administração da Companhia. Para um resumo de todas as práticas contábeis da Companhia, vide Nota 3 das demonstrações contábeis interinas de 30 de junho de 2013 da Companhia.

Demonstrações contábeis individuais da Companhia

São apresentadas abaixo as informações resumidas relativas às práticas contábeis críticas da Companhia:

Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração da Companhia precisa tomar decisões, fazer estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiamse na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revisada, caso a revisão afete apenas aquele período, ou no período da revisão e em períodos futuros, se a revisão afetar tanto períodos correntes como futuros.

A Companhia acredita que as políticas contábeis seguintes refletem as decisões mais críticas, as estimativas e julgamentos que são importantes para o entendimento dos seus resultados: provisão para redução ao valor recuperável e imposto de renda diferido ativo.

Análises de redução ao valor recuperável são realizadas anualmente e sempre que um fato gerador tenha ocorrido, a fim de determinar se o valor contábil excede o valor recuperável.

Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e empréstimos assim como contas a pagar.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda, e seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, quando a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para os períodos de 2012, 2011 e 2010, a Companhia classificou todos os ativos financeiros nãoderivativos como empréstimos e recebíveis.

(i) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das demais categorias (mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento). São incluídos em ativo não corrente, a menos que a administração da Companhia pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente e mensurados subsequentemente pelo seu valor justo. Quando esses ativos são vendidos ou sofrem redução ao valor recuperável, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os valores justos dos investimentos listados em bolsa são baseados nos preços atuais de compra.

Os dividendos decorrentes de instrumentos registrados no patrimônio líquido como disponíveis para venda, por exemplo as ações da Companhia de Bebidas das Américas – Ambev de titularidade da Companhia, são reconhecidos na demonstração do resultado quando os dividendos são declarados.

(ii) Investimentos em títulos patrimoniais

São considerados investimentos em títulos patrimoniais, investimentos nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle. Isto é geralmente evidenciado quando o investimento equivale a menos de 20% dos direitos de voto. Esses investimentos são designados como ativos financeiros disponíveis para venda e avaliados inicialmente por seu valor justo, a não ser que este não possa ser avaliado com segurança, sendo, portanto, mantido o custo de aquisição. As variações subsequentes em seu valor justo são reconhecidas diretamente na conta "Outros resultados abrangentes", com exceção daquelas relacionadas à perda para redução ao valor recuperável que são reconhecidas no resultado do exercício.

Quando da venda do investimento, o ganho ou a perda acumulados anteriormente reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de eventuais reduções no valor recuperável.

São classificados como ativo corrente, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativo não corrente).

(iv) Passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros ao custo amortizado incluem os empréstimos e financiamentos, e são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecida no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base em uma taxa de juros efetiva.

(v) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida somente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos derivativos são remensurados considerando seu valor justo na data das demonstrações contábeis.

Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem principalmente juros recebidos ou a receber sobre ativos financeiros, ganhos com investimentos em títulos e ganhos com derivativos. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva, a não ser que o recebimento seja duvidoso. Despesas financeiras compreendem principalmente juros pagos ou a pagar sobre passivos financeiros. Despesas de juros são reconhecidas pelo período de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando os dividendos são declarados.

Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e os equivalentes a caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos, originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

Contas a receber e demais contas a receber

As contas a receber e demais contas a receber são contabilizadas pelo seu custo amortizado, menos as perdas com provisão para redução ao valor recuperável. A provisão para redução ao valor recuperável é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Registra-se a provisão no montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber.

Investimentos

Investimentos em títulos patrimoniais (Aplicações financeiras)

São considerados investimentos em títulos patrimoniais, investimentos nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle. Isto é geralmente evidenciado quando o investimento equivale a menos de 20% dos direitos de voto. Esses investimentos são designados como ativos financeiros disponíveis para venda e avaliados inicialmente por seu valor justo. As variações subsequentes em seu valor justo são reconhecidas diretamente no resultado abrangente, com exceção daquelas relacionadas à perda para redução ao valor de recuperação que são reconhecidas no resultado do exercício.

Quando da venda do investimento, o ganho ou a perda acumulados anteriormente reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício.

Contas a pagar

Contas a pagar são reconhecidas, inicialmente ao valor de mercado e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

Imposto sobre a renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou patrimônio líquido. Nestes casos, o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou patrimônio líquido (exceto juros sobre capital próprio). Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesas no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, quando declarado, e posteriormente reclassificado para o patrimônio líquido.

A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

De acordo com CPC 32 Imposto de Renda, o imposto diferido é reconhecido utilizando o método do balanço patrimonial. Isto significa que, considerando os requerimentos do CPC 32, para as diferenças tributáveis e dedutíveis de natureza temporária entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos, é reconhecido o imposto diferido ativo ou passivo. De acordo com esse método, a provisão para o imposto diferido é também calculada sobre as diferenças entre o valor justo de ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios e sua base fiscal. O CPC 32 prevê que nenhum imposto diferido seja reconhecido (i) no reconhecimento do ágio; (ii) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócio; e (iii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. O imposto de renda diferido ativo é reduzido na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros.

As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos no Brasil, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos firmados com partes relacionadas têm prazo de vencimento indeterminado e incidência de encargos financeiros de mercado.

A Companhia e a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev compartilham uma estrutura comum de determinados custos corporativos entre si. Os gastos relacionados com tal estrutura são rateados por meio de critérios objetivos estabelecidos pela administração.

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável.

É regra da Companhia que as transações com partes relacionadas sigam condições razoáveis ou equitativas, similares às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros.

Moeda funcional e de apresentação

A administração da Companhia definiu que sua moeda funcional e de apresentação é o real, de acordo com as normas descritas no CPC 2 - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis.

Patrimônio líquido

Capital social

O capital social está representado somente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

Dividendos e juros sobre capital próprio

Dividendos e juros sobre capital próprio são registrados no passivo no período em que eles forem declarados, com exceção da parcela referente aos dividendos mínimos estatutários, a qual é contabilizada ao final de cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, na forma da legislação aplicável.

A despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, quando declarado, e posteriormente reclassificado para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia concluiu a revisão de seu ambiente de controles internos e não identificou nenhuma deficiência que pudesse ser considerada significativa, ou fraqueza material em seu ambiente de controles sobre a preparação e divulgação de demonstrações financeiras da Companhia.

$b)\ deficiências\ e\ recomendações\ sobre\ os\ controles\ internos\ presentes\ no\ relatório\ do\ auditor\ independente$

No relatório dos auditores independentes referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 não há qualquer menção a deficiência que pudesse ser considerada significativa ou fraqueza material no ambiente de controles internos da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Em 8 de dezembro de 2010 a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples, subordinadas, não conversíveis em ações. Os recursos de referida emissão foram utilizados para aquisição facultativa da totalidade das debêntures emitidas no âmbito da primeira emissão de debêntures da Companhia, realizada em 12 de agosto de 2009.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que não houve qualquer desvio relevante entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável uma vez que não houve qualquer desvio relevante entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

A Companhia não possui ativos ou passivos relevantes que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras, incluindo notas explicativas.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não há qualquer item relevante que não foi evidenciado nas demonstrações financeiras da Companhia, incluindo as notas explicativas.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

b) natureza e propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.8 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.